

## A customização da Extensão Rural e suas implicações para o ensino

 Vivien Diesel<sup>1</sup>,  Marcelo Miná Dias<sup>2</sup>,  Pedro Selvino Neumann<sup>3</sup>,

<sup>1, 3</sup> Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural. Avenida Roraima nº 1000, Prédio 44, Campus Universitário. Santa Maria - RS. Brasil. <sup>2</sup> Universidade Federal de Viçosa - UFV.

Autor para correspondência/Author for correspondence: [viviendiesel@yahoo.com.br](mailto:viviendiesel@yahoo.com.br)

**RESUMO.** O estudo parte do reconhecimento de reconfigurações no campo de atuação extensionista que teriam potencial de afetar o ensino da extensão rural. Reconhece que uma das transformações em curso é de natureza institucional e está relacionada à adoção de um modelo pluralista de extensão rural. Argumenta-se que a adoção de um modelo pluralista leva ao reconhecimento de maior diversidade de tipos de organizações atuantes na extensão rural e potencialização de sua diferenciação interna, o que favorece a ocorrência de processos de customização dos referenciais normativos orientadores da atuação extensionista. Recorre-se a ampla revisão bibliográfica para caracterização destas dinâmicas no âmbito global e brasileiro, explorando-se suas implicações para o ensino de extensão rural. Depreende-se que este movimento implica um cenário de disputas de perfis profissionais que reflete, em última instância, disputas de projetos para o desenvolvimento rural os quais devem ser explicitados no âmbito do ensino, evidenciando-se suas relações com os referenciais normativos para a atuação profissional.

**Palavras-chave:** ensino de extensão rural, extensão rural, políticas públicas.

## The customization of Rural Extension and its implications for teaching

**ABSTRACT.** This study examined the reconfigurations in the field of extension work and its potential influences in the academic discipline of rural extension. It recognizes that one of the ongoing changes has an institutional nature and is related to the adoption of a pluralist model of rural extension. It is argued that the adoption of a pluralist model leads to the recognition of a greater diversity of types of organizations active in the rural extension system, which favors the occurrence of processes of customization of normative references that are used to guide the extension field work. A comprehensive literature review was performed to characterize these dynamics in the global and Brazilian scope, exploring their implications for the rural extension teaching. The results suggest that this movement implies a scenario of professional profile disputes that reflects, ultimately, disputes over projects for rural development, which must be made explicit within the scope of teaching, highlighting their relationships with the normative references for action professional.

**Keywords:** rural extension teaching, rural extension, public policy.

## La customización de la Extensión Rural y sus implicaciones para la docencia

**RESUMEN.** El estudio parte del reconocimiento de reconfiguraciones en el campo de la extensión que tendrían el potencial de afectar la enseñanza de la extensión rural. Reconoce que una de las transformaciones en curso es de carácter institucional y está relacionada con la adopción de un modelo pluralista de extensión rural. Se argumenta que la adopción de un modelo pluralista conduce al reconocimiento de una mayor diversidad de tipos de organizaciones activas en la extensión rural y la potenciación de su diferenciación interna, lo que favorece la ocurrencia de procesos de personalización de los referentes normativos que orientan el trabajo de extensión. Se utiliza una amplia revisión bibliográfica para caracterizar estas dinámicas en el ámbito mundial y brasileño, explorando sus implicaciones para la enseñanza de la extensión rural. El trabajo apunta que este movimiento implica un escenario de disputas de perfil profesional que refleja, en última instancia, disputas por proyectos de desarrollo rural, que deben explicitarse en el ámbito de la enseñanza, destacando sus relaciones con los referentes normativos para la actuación profesional.

**Palabras clave:** enseñanza de la extensión rural, extensión rural, política pública.

## Introdução

A extensão rural vem passando por transformações profundas, as quais têm impactos potenciais sobre o ensino, como procuraremos demonstrar no presente artigo. Uma das transformações em curso é de natureza institucional e está relacionada à adoção de um modelo pluralista de extensão rural.<sup>1</sup> Este processo está associado a uma maior diversificação (em relação ao tipo de organização atuante na extensão rural) e potencialização da diferenciação interna (em relação aos propósitos e condições da atuação extensionista em cada tipo de organização). A segunda transformação destacada neste artigo se refere ao tipo de referencial normativo preconizado para balizamento da atuação extensionista. Neste sentido, argumentamos que se manifesta uma tendência ao abandono de referenciais normativos genéricos em favor da utilização de referenciais normativos específicos para cada tipo de espaço sócio-ocupacional, caracterizando um processo de customização.

Consideramos que estas dinâmicas impactam o ensino de extensão rural na medida em que, historicamente, têm se verificado que o estabelecimento de novos consensos acerca das atribuições extensionistas e formas de atendê-las influenciam a emergência de movimentos em prol de renovação no ensino.

Argumentaremos que a explicitação das transformações e tendências em curso constitui um subsídio importante para refletir sobre o ensino da extensão rural. Tais supostos levam a perguntar: as transformações em curso no campo de atuação seriam significativas a ponto de tensionar o ensino da extensão? Em caso positivo, que direção de mudança apontariam? Quais seriam os desafios implicados?

Tendo em vista as restrições de estudos disponíveis, conduzidos sob a perspectiva analítica aqui adotada, a pesquisa realizada adquiriu caráter exploratório. Com base em revisão bibliográfica, iniciamos o presente artigo contextualizando a trajetória do modelo pluralista para identificar, genericamente, seu potencial indutor de mudanças na configuração do campo de atuação da extensão rural, tanto em âmbito global, quanto em relação ao caso brasileiro. Nas seções seguintes buscamos detalhar a manifestação do pluralismo em âmbito global e brasileiro, reunindo evidências de diversificação do tipo de organização atuante na extensão rural e diferenciação nos propósitos e estratégias organizacionais por tipo de organização. Avançamos, então, na reunião de evidências de construção de referenciais normativos específicos para balizamento da atuação extensionista de acordo com o tipo de espaço sócio-ocupacional configurado em cada situação, fato que vinculamos a processos de

customização da ação extensionista. Por fim, exploramos as implicações para o ensino de extensão rural no Brasil.

### **O modelo pluralista como indutor de uma dinâmica de diversificação, diferenciação e customização na Extensão Rural**

Embora se observe que uma grande diversidade de organizações recorre à assistência técnica, orientação técnica, assessoria, consultoria, educação e/ou facilitação em sua atuação junto à agricultores ou à população rural em geral, poucas são oficialmente identificadas como “organizações de extensão rural”. Para entender esse aspecto é necessário recuperar, mesmo que brevemente, a evolução histórica da discussão sobre modelos institucionais da extensão rural, destacando a tendência atual à adoção de um modelo pluralista.

Jones e Garforth (1998) se referem às condições necessárias para caracterização da emergência de um serviço de extensão moderno em dado país. Para os autores, o surgimento de um serviço de extensão rural requer a existência de conhecimentos sistematizados; a formação de profissionais capazes de gerir esse conhecimento; a criação de organização que tenha atribuição relacionada à disseminação de conhecimento (extensão); uma legislação que preconize e justifique as atividades de extensão; e ocorrência de antecedentes diversos, isto é, formas prototípicas de extensão.

Circunstâncias históricas específicas contribuíram para certa homogeneidade nos processos de institucionalização da extensão rural em diferentes países no segundo pós-guerra. Para entender esta dinâmica deve ser considerado o papel da cooperação internacional (e o protagonismo dos Estados Unidos nesta) e da criação de expectativas promissoras em torno ao potencial do modelo tecnológico da Revolução Verde na promoção do desenvolvimento agrícola. Estes elementos contribuíram para criar um clima de otimismo quanto à possibilidade de promover o “progresso” e o “desenvolvimento” nos países considerados subdesenvolvidos, em reconstrução ou “em desenvolvimento” (Trujillo, 1996).

Estas expectativas contribuíram para que se disseminasse globalmente uma mesma institucionalidade da extensão (agrícola e rural): concebida como serviço público (financiada com recursos públicos e, predominantemente, executada por organizações governamentais) e orientada à transferência de informações, conhecimentos e tecnologias (referida, frequentemente, como “transferência de tecnologia”<sup>iii</sup>), ligando as estações de pesquisa aos agricultores (Suvedi & Kaplowitz, 2016, p. 20). Feder, Willet e Zijp (1999) apresentam dados da FAO, relativos a um levantamento realizado em 113 países, evidenciando que, na época,

86% das organizações eram financiadas por órgãos administrativos como Ministérios da Agricultura ou assemelhados e que 95% do *staff* da extensão estava vinculado ao sistema público.

Essa institucionalidade da extensão rural constituída no pós-guerra foi abalada à medida que os países encontraram dificuldades econômicas para manter os sistemas governamentais de extensão rural, sobretudo no contexto de acentuação da crise econômica na década de 1980. Deste modo, ao longo da década de 1990 diversos países realizaram reformas em seus sistemas governamentais de extensão (Feder, Willet & Zijp, 1999), destacando-se uma tendência geral de privatização (Kidd et al., 2000) que, no limite, implicou supressão de serviços governamentais de extensão em alguns países.

Tendo em vista as crescentes demandas pela continuidade da oferta de serviços públicos e controvérsias teóricas acerca da desejabilidade ou viabilidade da privatização (Umali & Schwartz, 1994; Diesel et al., 2008), foram realizados estudos para subsidiar decisões políticas sobre o formato institucional mais adequado para a extensão rural.

Os estudos enfatizaram a identificação da diversidade de tipos de organizações atuantes em prol do desenvolvimento (organizações não governamentais, de agricultores e privadas, por exemplo), pois havia expectativa de que a atuação de organizações privadas pudesse substituir o governo no atendimento a demandas dos agricultores. As evidências da inviabilidade desta alternativa levaram a refletir sobre a conveniência de recomendar mudanças na intervenção dos governos, redefinida em termos de sua abrangência e institucionalidade.

Quanto à institucionalidade, uma das inovações propostas consiste na separação entre a ação de financiamento e a ação de execução da política pública. Considerando essa possibilidade, passou-se a preconizar que o Estado financiasse organizações privadas, não governamentais e organizações de agricultores, por exemplo, para executar a política pública (Alex et al., 2004). Este tipo de alternativa foi considerado desejável, pois atendia ao requisito de limitar a intervenção governamental, concedendo-lhe um caráter eventual e de complementariedade à intervenção dos demais tipos de organizações.

No decurso do avanço das investigações sobre este modelo institucional alternativo, reconheceu-se a pertinência da inclusão de questões sociais e ambientais na agenda de intervenção do Estado (complementando iniciativas de promoção do desenvolvimento agrícola, tradicionalmente abordadas pela extensão rural). Com essa medida, assegurava-se o

atendimento a crescentes demandas em prol ampliação da agenda de intervenção do Estado no desenvolvimento rural.

Consideramos que a alternativa pluralista se mostrou particularmente adequada ao atendimento das demandas por ampliação da agenda pública, na medida em que previa a possibilidade de mobilização de distintos tipos de organizações, selecionando-as de acordo com seu potencial para enfrentamento da problemática específica, foco da política pública. Neste sentido, as organizações governamentais foram consideradas menos apropriadas que as organizações não-governamentais para tratar de questões relativas à pobreza, por exemplo. Posteriormente, quando emergiu um movimento em prol da legitimação de uma ação orientada à demanda dos agricultores, reforçou-se a proposta de incorporação de organizações privadas e de representação dos agricultores, por exemplo, consideradas como “mais sensíveis” a este tipo de demanda.

As pesquisas avançaram, então, buscando reconhecer o potencial diferenciado de cada tipo de organização para atuação na extensão. Estes estudos pressupunham a possibilidade de caracterizar o “nicho” de atuação de cada tipo de organização quanto ao perfil do público atendido e tipo de serviço prestado, por exemplo. Partindo destas pesquisas, atores influentes no campo da cooperação internacional reforçaram a oportunidade de implementar sistemas pluralistas de extensão (Rivera & Alex, 2004; Heemskerk & Davis, 2012). Neste sentido, recomendou-se que cada país desenhasse uma institucionalidade singular, considerando sua agenda de políticas públicas e os tipos de organização atuantes no meio rural. Recomendava-se, portanto, a adoção de solução do tipo “*best fit*”, caracterizando uma significativa reorientação se forem consideradas as posturas históricas a favor da padronização institucional (Birner et al., 2006; Faure et al.; 2016; Davis; Spielman, 2017).

Consideramos que a adoção de um modelo pluralista de extensão rural traz consigo, potencialmente, a acentuação da heterogeneidade dos espaços sócio-ocupacionais no campo de atuação extensionista. Tal suposto parte do reconhecimento de que os distintos tipos de organizações incorporadas têm diferenças significativas entre si quanto à sua racionalidade e o tipo de interesse (particular, de coletivos específicos, governamentais ou públicos) que justificam sua criação e atuação. Além disso, podemos encontrar elevada heterogeneidade interna dentro de um mesmo tipo de organização, quando considerados os propósitos específicos que motivaram sua formação e os condicionantes das estratégias organizacionais preconizadas. Entendemos que tais diferenças se traduzem, potencialmente, na identificação de atribuições específicas para o extensionista.

Neste contexto, podemos entender a propensão à “customização”, percebida como uma tendência à definição de referenciais normativos particulares para a atribuição específica a ser exercida pelo extensionista em um determinado espaço sócio-ocupacional. Esta alternativa seria considerada superior à tradicional adoção de um referencial normativo genérico, que parte de uma generalização das atribuições e condições de atuação do extensionista.

Ao explorar as implicações desta tendência de customização da ação extensionista sobre o ensino, cabe considerar que a diferenciação das atribuições específicas do extensionista, por sua vez, pode levar à diferenciação do perfil de profissional requerido para atendê-las. Como uma das atribuições do ensino de extensão refere-se à formação de competências extensionistas, deduz-se que este seria, assim, potencialmente afetado pelas transformações em curso na institucionalidade da extensão rural (relacionadas à adoção de um modelo pluralista).

As ponderações apresentadas nos parágrafos anteriores levam à necessidade de explicitar os limites do presente artigo. Neste sentido, nos restringimos a identificar fatores que contribuem para a crescente heterogeneidade dos espaços sócio-ocupacionais no campo de atuação extensionista, reunindo evidências sobre processos de diversificação, diferenciação e customização, tanto em âmbito global quanto no contexto brasileiro sem, entretanto, nos propormos a apresentar uma caracterização exaustiva dos espaços sócio-ocupacionais específicos e dos perfis extensionistas correspondentes. Ao final, ponderamos sobre as implicações destas dinâmicas para o ensino de extensão rural. Ao adotar esta abordagem pretendemos contribuir para futuras pesquisas sobre o tema.

### **Dinâmicas relativas ao reconhecimento da diversidade de tipos de organizações com potencial de atuação na Extensão Rural**

Nesta seção vamos abordar as evidências de aumento de diversidade de tipos de organizações reconhecidas como atuantes na extensão rural, partindo de uma análise do âmbito global, particularmente o caso europeu, para, na sequência, buscar uma aproximação ao âmbito brasileiro.

#### ***Dinâmicas relativas ao âmbito global***

Conforme detalhado na seção anterior, há, em curso, um processo de mudança na institucionalidade pública da extensão rural, tanto em âmbito global quanto no Brasil. A

interpretação dos dados relativos ao contexto europeu remete ao reconhecimento da importância da dependência de trajetória e, simultaneamente, a uma postura política recente de favorecimento da diversificação dos tipos de organizações atuantes na extensão. Tais mudanças vêm sendo interpretadas como indicadoras da consolidação de sistemas pluralistas, caracterizados por maior fragmentação organizacional e privatização, diferenciando tais sistemas em relação à institucionalidade fomentada no pós-guerra. Para ilustrar esta dinâmica utilizaremos as contribuições de Knierim et al. (2017) e Labarthe e Beck (2022) sobre a realidade institucional europeia.

Knierim et al. (2017) descrevem um cenário tendencial de elevada heterogeneidade na institucionalidade da extensão rural (*agricultural advisory services*) entre os países europeus. Esta heterogeneidade é apresentada como resultado da influência de mecanismos de *path dependence* e da projeção recente de novos tipos de atores na extensão rural (como organizações privadas e não governamentais). Os autores observam a presença de todos os tipos de organizações (públicas, privadas e do terceiro setor) em quase todos os países. Ao caracterizar a institucionalidade vigente, observam a possibilidade de agrupar países segundo o tipo de organização dominante, mas identificam que nenhum país se assemelha ao outro quando considerada a importância relativa dos diferentes tipos de organizações, de modo que a institucionalidade de cada país pode ser considerada particular. Há, no entanto, características em comum: em 21 países há dominância de um tipo de organização, destacando-se as organizações de agricultores (em dez países) e organizações públicas (em nove países). Os autores comentam, por fim, que poucos países apresentam sistemas amplamente privatizados e nenhum país tem dominância de organizações não-governamentais (ONGs).

Labarthe e Beck (2022) consideraram as organizações acreditadas para implementação da Política Agrícola Comum (PAC) entre 2014 e 2022. Os autores identificaram diferenças em relação à diversidade de tipos de organizações acreditadas em cada país, como também distintos tipos dominantes nos casos analisados. Enquanto poucos países autorizam somente um tipo de organização (privada ou de agricultores), um número significativo de países credenciou tanto organizações privadas quanto públicas; ou organizações privadas, públicas e de representação dos agricultores. Entendemos que a acreditação representa o reconhecimento do potencial de atuação de determinado tipo de organização na extensão rural, revelando a necessidade de compreensão dos critérios que cada país adota para legitimar a participação de organizações na implementação de ações extensionistas.

### ***Dinâmicas relativas ao caso brasileiro***

Ao tratar do caso brasileiro é conveniente conceder maior atenção à trajetória histórica da institucionalidade da extensão rural para destacar as transformações recentes.

O Brasil foi um dos países onde a cooperação técnica norte-americana atuou, a partir do segundo pós-guerra, para a criação de organizações de extensão rural e de um sistema nacional (Fonseca, 1985; Oliveira, 1999). Naquele contexto, conformou-se um sistema estruturado com base em organizações estaduais de extensão rural sujeitas à coordenação nacional. Este sistema alcançou elevada capilaridade nas décadas seguintes à sua criação, como demonstram dados apresentados por Peixoto (2008). Assim, de modo semelhante ao observado em outros países, a extensão rural foi inicialmente institucionalizada como serviço com financiamento público a ser executado por organizações governamentais relativamente especializadas e orientadas predominantemente à transferência de tecnologia nos marcos da proposta de desenvolvimento agrícola da Revolução Verde.<sup>iii</sup>

Ao final da década de 1980, em uma conjuntura de crescente hegemonização do ideário neoliberal, o governo federal optou por desvincular-se da coordenação do sistema nacional brasileiro e desresponsabilizou-se pelo apoio às organizações estaduais de extensão rural. Mobilizações diversas buscaram reverter este cenário, destacando-se aquelas que, em meados da década de 1990, reivindicaram a formulação de políticas públicas de desenvolvimento rural, reorientando-as para o fortalecimento da agricultura familiar. Essa mobilização trouxe consigo a necessidade de reconstituir a institucionalidade da extensão rural pública.

A reconstituição teve como marco a instituição da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) em 2004. Partindo de contribuições acadêmicas anteriores, que apontavam a conveniência de priorizar a atuação estatal (Caporal & Costa Beber, 1994), a nova política reconheceu a atuação de diferentes tipos de organizações na extensão rural. Essa leitura da conjuntura foi reforçada com os resultados de uma pesquisa de alcance nacional realizada no início dos anos 2000 para identificar a diversidade de organizações atuantes na extensão rural. Trata-se de uma pesquisa financiada pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) (Muchagata, 2003). O estudo procurou dar visibilidade à diversidade de tipos de organizações de extensão rural atuantes no Brasil, caracterizando as potencialidades e limites da atuação de cada um dos tipos identificados. A pesquisa diferenciou os seguintes tipos de organização: governamentais de ATER, prefeituras, organizações não governamentais (ONGs), representativas, prestadoras

de serviços, cooperativas de produção, ensino e pesquisa, cooperativas de crédito, agroindústrias, outras públicas e Sistema S<sup>iv</sup>.

Abordagens mais sistemáticas e recentes sobre a diversidade de tipos de organizações atuantes na extensão rural brasileira foram obtidas por análises dos Censos Agropecuários (2006 e 2017). Pereira e Castro (2021) recorreram à análise comparativa dos dados dos Censos Agropecuários relativos à origem da orientação técnica para descrever, sinteticamente, o cenário atual.<sup>v</sup> Em termos gerais, os autores chamaram a atenção para a disparidade entre percentual de estabelecimentos atendidos (20,2%) e a área abrangida (50,8%), interpretando que este fato se explica pela elevada concentração fundiária, indicando que os estabelecimentos maiores têm mais acesso à orientação técnica. Quanto à participação dos diferentes tipos de organizações, na percepção dos autores (2021), os dados confirmaram expectativas de redução da participação das organizações governamentais (federal, estadual ou municipal), que se manifestou na redução do percentual de estabelecimentos atendidos (de 9,6% para 7,6%) e, sobretudo, da área abrangida (de 9,3% para 5,6%). Os autores destacaram ainda o aumento considerável da participação das categorias “própria ou do próprio produtor” e “cooperativas”. Desta forma, as análises dos dados do Censo de 2006 e de 2017 confirmam que outros tipos de organizações (além das governamentais) têm participação relevante na oferta de orientação técnica (extensão rural) aos agricultores brasileiros.

Neste contexto, destaca-se que o desenho da institucionalidade prevista na PNATER revelava a disposição do governo em incorporar uma maior diversidade de tipos de organizações na execução da política pública federal. No estabelecimento de relações para a implementação da política federal, consagrou-se o uso de “chamadas públicas de ATER”, sobretudo a partir de 2010. Desde então, o governo vem implementando parte significativa de sua política federal de extensão rural mediante contratação de diferentes tipos de organizações de extensão. As análises da implementação da PNATER no período 2010-2014 apontam para a diversidade de organizações mobilizadas pelas chamadas públicas, como evidenciaram Bergamasco e Borsatto (2016). O mencionado estudo revela que o apoio financeiro do Estado se dirigiu tanto às organizações públicas quanto privadas (os autores incluem, nesta categoria, organizações do terceiro setor, como ONGs). O estudo também identificou número expressivo de organizações “privadas” apoiadas e sua diversidade, revelando especificidades nas configurações institucionais regionais.

Consideramos que tais aspectos convergem com o observado na União Europeia, indicando a participação dos governos na definição dos tipos de organização que compõem ou

assumem predominância na implementação da política pública. Dinâmicas observadas por Diesel et al. (2021), por sua vez, indicam a tendência a um reenquadramento conservador da política de extensão rural do governo brasileiro pós-2019, implementada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), revelando posições desfavoráveis à agenda socioambiental e, por consequência, restrições na disposição de financiamento público à atuação de ONGs. Tais evidências reforçam a influência da orientação político-ideológica de cada gestão governamental no direcionamento da composição do sistema pluralista de extensão rural em cada país e/ou contexto sócio-histórico.

Por fim, considerando estudos recentes relativos à expansão da agricultura digital, cria-se uma expectativa de ocorrência de novas transformações na institucionalidade relacionada ao desenvolvimento agrícola e à extensão rural. Neste sentido, um dos primeiros aspectos a destacar, segundo Buainain, Cavalcanti e Consoline (2021), se refere às diferenças na institucionalidade da geração e difusão de tecnologias a medida que acentua-se a perda de protagonismo da pesquisa pública e que uma plêiade diversa de atores passa a se projetar na geração e difusão tecnológica na agricultura digital. Segundo os autores (2021, p. 19):

Neste âmbito, emergem as AgTechs, *startups*, pequenas, flexíveis e suficientemente criativas para identificar problemas, muitos pontuais, mas nem por isso menos importantes, buscar possíveis soluções e levantar recursos junto a investidores dispostos a correr riscos para transformar ideias em produtos e serviços potencialmente rentáveis.

Embora o sistema emergente se apresente como mais descentralizado (destacando-se o elevado número de AgTechs), se observa que as organizações que promovem a agricultura digital não estão distribuídas homogeneamente no espaço geográfico, concentrando-se nas regiões sudeste e sul; e, nestas, no entorno de ecossistemas de inovação (Buainain, Cavalcanti & Consoline, 2021).

### **Dinâmicas relativas à diferenciação da atuação extensionista nos distintos tipos de organizações**

A análise procedida na seção anterior remeteu a um processo, em curso, de revisão da institucionalidade, associada ao reconhecimento de que uma maior diversidade de tipos de organizações (além das governamentais) apresenta atuação potencialmente relevante na extensão rural. Compreendemos que uma maior aproximação ao campo de atuação extensionista (e heterogeneidade dos espaços sócio-ocupacionais neste) requer considerar, além do tipo de organização, as diferenças internas de cada categoria. Neste sentido,

entendemos que as organizações pertencentes a um mesmo tipo (governamental, privada, de representação dos agricultores ou não-governamental) podem ser diferenciadas segundo o propósito para o qual foram criadas e, complementarmente, com base nas estratégias organizacionais à que recorrem para alcançar estes propósitos. Tais aspectos se refletem, por sua vez, nas atribuições extensionistas e, portanto, sua análise merece atenção.

Considerando as restrições de disponibilidade de análises sistemáticas sobre o tema, buscaremos apenas reunir evidências da acentuação da heterogeneidade interna por tipo de organização com potencial de atuação na extensão rural.

### ***Dinâmicas relativas à diferenciação interna por tipo de organização: âmbito global***

Tendo em vista escassez de estudos orientados à caracterização dos tipos de organizações atuantes na extensão rural e sua diferenciação interna, procuramos ampliar nossa revisão incluindo na exposição, além referências relativas à realidade europeia com base em Knierim et al. (2017) e Labarthe e Beck (2022), as contribuições de Veldhuizen et al. (2020) relativas à caracterização da extensão rural no setor privado em âmbito global.

Knierim et al. (2017), ao estudar o pluralismo dos provedores de serviços de extensão rural na Europa, propiciam contribuições importantes para uma primeira aproximação aos propósitos (direcionamento) e estratégias organizacionais dos diferentes tipos de organizações. Os autores (2017) inferem que os distintos tipos de organizações inicialmente diferem entre si quanto ao tamanho (avaliado pelo número de extensionistas), tipo de serviço ofertado e perfil do público atendido. Embora as governamentais variem de tamanho em cada país, elas são geralmente maiores do que as organizações de agricultores, que possuem *staff* maior do que as ONGs. Estas, por sua vez, são maiores do que as privadas, caracterizadas como organizações “pequenas ou muito pequenas”.

Os autores (2017) também observam diferenças quanto à natureza do serviço ofertado. Neste sentido, considerando o número de agricultores por extensionista, proporção de técnicos administrativos por extensionista e método utilizado (distinguindo-se individuais, face a face; grupais e massais), observam que as organizações governamentais tendem a privilegiar o alcance de grande número de agricultores por extensionista e, por isso, recorrem a serviços menos personalizados e com menor utilização de métodos face a face. No extremo oposto encontram-se as organizações privadas, caracterizadas por alta personalização dos serviços e menor alcance (menor número agricultores por extensionista). As organizações de agricultores e ONGs, por sua vez, apresentam grande diversidade interna. Quanto ao perfil do

público alcançado, os autores (2017) observam que este é muito diverso, com tendência de que empregados agrícolas, mulheres, jovens e agricultores de tempo parcial sejam menos atendidos do que médios e grandes produtores.

O estudo de Knierim et al. (2017) também permite realizar inferências sobre a influência da política pública europeia na diferenciação de organizações. Neste sentido, infere-se que a adoção de modelos pluralistas tem reflexos na revisão do papel das organizações governamentais, que passam a ter uma relação menos direta com os agricultores, na medida em que deixam de ser executoras para serem coordenadoras, programadoras e supervisoras da execução de políticas públicas. A análise da implementação de iniciativas da PAC no período 2014-2022 quanto aos serviços de extensão rural reforça a necessidade de conceder atenção à influência das políticas públicas na diferenciação das organizações.

Segundo Labarthe e Beck (2022), a política pública europeia transitou de uma preocupação inicial com o apoio à adequação dos agricultores a normativas do bloco regional para um quadro atual em que se observa uma maior diversidade de linhas de ação, que abrangem o fortalecimento da competitividade e estruturação de cadeias produtivas; ações de manejo de ecossistemas; mitigação e adaptação a mudanças climáticas; bem como inclusão social e desenvolvimento local. Deste modo, a política atual direciona-se tanto ao atendimento das demandas dos agricultores (questões técnicas, econômicas e sociais) quanto às necessidades da sociedade (manejo de carbono, biodiversidade, sustentabilidade e bem-estar animal).

O exame da implementação da PAC revela as diferenças entre países: enquanto alguns focam exclusivamente intervenções orientadas ao fortalecimento da competitividade, outros as combinam com intervenções orientadas à gestão dos ecossistemas. Observa-se, ainda, que alguns países concedem prioridade a intervenções relativas a manejo de riscos em cadeias alimentares; ou concedem maior atenção que outros às intervenções orientadas para promover a eficiência no uso de recursos, considerando questões como mudança climática, promoção da inclusão social e desenvolvimento local. Neste contexto, supomos que as organizações que almejam acessar os recursos públicos tendem a rever seu direcionamento e estratégias organizacionais para contemplar o que é demandado pelas políticas públicas no país em que atuam, potencializando diferenciações internas por tipo de organização.

A heterogeneidade interna no direcionamento e nas estratégias organizacionais fica bem ilustrada na pesquisa de Veldhuizen et al. (2020), que buscou caracterizar a atuação do setor privado na extensão a partir de estudos de caso realizados em diversos países “em

desenvolvimento”. Os autores partem da distinção entre dois grandes grupos na categoria de organizações privadas de extensão: aquelas que participam das cadeias produtivas do agronegócio e incorporam extensão em seu portfólio de serviços (*Agribusiness-based advisory services*) e aquelas para quem a extensão é o negócio principal (*Independent private extension providers and ICT*).

Ao analisar as características dos *Agribusiness-based advisory services*, Veldhuizen et al. (2020) diferenciam as estruturas de organizações que têm seu negócio principal relacionado à compra e ao processamento de produtos agrícolas daquelas que têm seu negócio principal relacionado à venda de insumos para agricultura. De acordo com a análise, as organizações que operam com compra e processamento de produtos agrícolas tendem a internalizar e estabelecer serviços de extensão relativamente estruturados (embora se verifique caso de contratação de terceiros para realização dos serviços desejados). Neste grupo, a prioridade dada à extensão seria maior dentre aqueles que trabalham com produtos que requerem controle acentuado da qualidade da matéria-prima e/ou que ofertam produtos certificados e/ou de alto valor agregado. Dentre as organizações que operam com venda de insumos, as motivações para a atuação na área de extensão estariam relacionadas, basicamente, a estratégias de *marketing* e fidelização. Segundo Eastwood et al. (2019), as organizações provedoras de insumos e maquinarias tendem a demonstrar maior empenho na capacitação dos agricultores para uso das novas tecnologias na medida em que passam a operar na produção e comercialização de tecnologias digitais para agricultura.

Outra contribuição de Veldhuizen et al. (2020) se refere à compreensão da diversidade de atribuições e condições de atuação, considerando-se os vínculos com estratégias organizacionais. Os autores indicam que a internalização dos custos dos serviços de extensão constitui um ponto crítico para a maioria das organizações do setor privado, o que as leva a adotar estratégias diversas para redução de custos. Considerando a diversidade de arranjos identificada nos estudos de caso, os autores distinguem entre empresas que trabalham com seu próprio *staff*; que operam com agricultores líderes; que atuam mediante parceria com pontos de revenda de insumos (tradicional, Agrovets; ou inovadores, *one-stop-shop networks*); que conciliam produção de insumos, produção agrícola, pesquisa e serviços de extensão; e, por fim, aquelas que subcontratam equipes para prover extensão.

Quanto a mudanças associadas à expansão da agricultura digital, Veldhuizen et al. (2020) esclarecem que esta promove uma diferenciação interna no segmento de organizações denominado *Independent private extension providers and ICT*. Este segmento abrange tanto

indivíduos que atuam na prestação (comercial) de serviços de extensão, provedores de serviços digitais de extensão e centros de treinamento baseados em estabelecimentos agrícolas privados. Neste contexto, reconhecem que a digitalização abre novas oportunidades de negócio pela prestação de serviços relacionada à geração e utilização de aplicativos para gerar informações e serviços úteis, diferenciando um tipo de organização privada envolvida com comercialização de produtos e serviços de extensão de base digital. Ressaltamos, entretanto, a seletividade dos territórios e dos públicos, sujeitos à diferentes pressões desta dinâmica de digitalização da agricultura.

### ***Dinâmicas relativas à heterogeneidade interna por tipo de organização: caso brasileiro***

Os estudos de caracterização dos tipos de organizações atuantes na extensão rural no Brasil e sua diferenciação interna são escassos. Nestas circunstâncias nos limitaremos a reunir evidências relativas à diferenciação interna de distintos tipos de organizações atuantes na extensão rural no Brasil.

As governamentais constituem um dos tipos de organização que merece atenção quanto à heterogeneidade interna da categoria. Neste sentido, inicialmente convém discriminar que o setor público não abrange somente às organizações estaduais de extensão, percebidas como “governamentais” ou organizações “oficiais”. A partir das contribuições de Muchagata (2003) diferenciam-se subtipos de organizações públicas atuantes na extensão: além das organizações estaduais, “oficiais”, distingue-se a ação de extensão das prefeituras, “outras públicas” e universidades (muitas das quais públicas). Alves, Santana e Contini (2016), por sua vez, destacaram a atuação de organizações públicas de pesquisa, como Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), na transferência de tecnologia.

Tais observações permitem pressupor a existência de significativas diferenças de direcionamento e estratégias organizacionais dentro da categoria genérica das organizações governamentais de extensão. Neste sentido, cabe reconhecer que as organizações estaduais estão sujeitas a um mecanismo complexo de financiamento e à distintos modelos de gestão pública, o qual condiciona o direcionamento de sua atuação. Tal afirmação se faz com base no reconhecimento de que, a depender da complementariedade entre múltiplas fontes de financiamento, estas organizações devem atender, simultaneamente, a demandas de governos federais, estaduais, municipais e de agricultores (e de suas representações). Ainda, o direcionamento e estratégias organizacionais deste tipo de organização vêm sendo afetados por reformas institucionais recentes. Observamos que as entidades que foram criadas como

organizações relativamente especializadas em extensão e têm sido reformadas para se tornar de um modo geral, setores em organizações mais complexas (e menos especializadas). Ou seja, verifica-se tendência de reunir, em uma mesma organização pública, atribuições de pesquisa e extensão com outros serviços de apoio ao desenvolvimento agrícola e rural.

Do mesmo modo que o observado no caso europeu, inferimos que as políticas públicas podem também constituir um fator de potencialização da diferenciação interna nos tipos de organizações contratadas como prestadoras de serviços. O estudo de Thomson, Borsatto e Bergamaco (2021) permite uma maior aproximação aos condicionamentos instituídos pelo instrumento “chamadas públicas de ATER”. As chamadas públicas impactam a autonomia relativa das organizações prestadoras de serviços, com reflexos sobre as atribuições e condições de trabalho do extensionista. Quanto à autonomia, o estudo aponta que se observam diferenças associadas à forma como as organizações se posicionam frente aos requisitos colocados pelas metas previstas nos contratos estabelecidos com o governo. Os autores constataram que as organizações têm possibilidade de relativizar, em maior ou menor medida, as restrições estabelecidas nos contratos quanto a eleição do público, a natureza da ação de intervenção a ser realizada e as metas a serem alcançadas.

Quanto às condições de trabalho, os autores observaram que as organizações podem também relativizar o poder normativo dos contratos quanto à definição dos encargos e remuneração de cada extensionista (algumas vezes o alcance das metas foi tratado como responsabilidade da organização, outras vezes como responsabilidade da equipe; e, em outras situações como atribuição de cada extensionista, individualmente), observando-se ainda posições diferenciadas em relação à utilização do valor estabelecido pelo contratante, como parâmetro para remuneração extensionista. Embora se verifique certo poder discricionário das organizações, os autores (2021, p. 13) apontam uma tendência geral de precarização dos direitos associados aos vínculos de trabalho<sup>vi</sup> e, frequentemente, restrições na infraestrutura colocadas à disposição do extensionista para realização de seu trabalho, observando-se inclusive situações de dependência de infraestrutura de organizações estaduais (governamentais) de extensão rural.

No caso brasileiro, uma significativa heterogeneidade interna no direcionamento e nas estratégias organizacionais é também observada na categoria de organizações privadas. Esta categoria, no Censo Agropecuário, é representada pelas empresas integradoras e empresas privadas de planejamento, mas abrange um rol mais diversificado de organizações. Estudo de Pereira e Castro (2021) permite identificar padrões de atuação tradicionais e inovadores de

organizações ligadas ao *agribusiness*, permitindo certa associação com os resultados do estudo de Veldhuizen et al. (2020).

Neste sentido, os autores observam que as agroindústrias (e outros compradores de produtos da agricultura) tendem a estabelecer, tradicionalmente, contratos com agricultores. Nestes casos, a extensão rural teria um direcionamento muito particular: “Neste modelo de negócio, adotado e difundido por amplas áreas, o serviço de assistência técnica está subordinado ao investimento específico, determinado pela processadora, que impõe as condições de produção, demandando um acompanhamento da produção por parte de seus funcionários” (Pereira & Castro, 2021, p. 39).

Considera-se que a extensão assume um direcionamento singular: “... a assistência técnica tem um caráter bem distinto da Ater pública, configurando mais um serviço terceirizado de controle produtivo.” (Pereira & Castro, 2021, p. 39). Entendemos que este tipo de direcionamento pode ser verificado em situações de certificação de conformidade ou de origem da produção agropecuária, processo que, por sua vez, vem sendo afetado pela dinâmica de digitalização. Buainain, Cavalcanti e Consoline (2021) concedem atenção ao impacto dos processos de digitalização nas dinâmicas de controle da produção. Os autores destacam a tendência à utilização de sistemas digitais de rastreamento, sobretudo por empresas que operam na compra de produtos da agricultura.

Pereira e Castro (2021) chamam igualmente a atenção para emergência de formas não convencionais de “integração” entre atores do *agribusiness*, especialmente em regiões dinâmicas. Segundo os autores, nestas regiões verifica-se o estabelecimento de contratos de curto prazo entre produtores e empresas para aquisição/venda de *commodities*, mas que implicam, geralmente, transações relativas à venda/utilização de insumos.<sup>vii</sup> De qualquer modo, segundo os autores (2021, p. 40), nestas situações a intervenção direciona-se à questão dos insumos (que constituem parte do negócio das *tradings*), de modo que “o serviço prestado por essas empresas integradoras pode ser melhor caracterizado como assistência técnica por meio de atividades de venda, pós-venda ou compras.”

Quando as estratégias das organizações que vendem insumos são analisadas sob uma perspectiva tendencial, destaca-se o crescente uso de tecnologias digitais nas relações de comunicação com agricultores e diferenciação do padrão da assistência técnica na comercialização de tecnologias da agricultura digital. Segundo Buainain, Cavalcanti e Consoline (2021, p. 24):

A maioria das empresas que fornecem máquinas, equipamentos e insumos para a agricultura incorporou, em suas estratégias mercadológicas, a capacitação do cliente para usar melhor a tecnologia digital; as informações técnicas sobre o produto estão sendo mais bem trabalhadas para facilitar a compreensão dos leigos e as redes de distribuição estão se reposicionando para operar como pontos de informação, orientação e capacitação.

O conjunto de evidências reunidas até aqui remete a um cenário institucional caracterizado pela diversidade de tipos de organizações atuantes na extensão rural e elevada diferenciação interna potencial dentro de cada categoria. Assim, pressupõe-se elevada heterogeneidade no campo de atuação extensionista, quando consideradas as especificidades dos espaços sócio-ocupacionais.

### **Dinâmicas relativas à customização das referências normativas por espaço sócio-ocupacional**

Comentamos anteriormente que a história da extensão rural remete à atuação da cooperação internacional que promoveu a disseminação de uma mesma institucionalidade, como serviço governamental orientado à transferência de tecnologia. Para balizar a atuação extensionistas foram elaborados documentos normativos – muitos dos quais no formato de manuais – que, inspirados na experiência norte-americana, apresentaram os desafios da atuação extensionista na transferência de tecnologias como relativos à “difusão de inovações”. Apesar da ampla disseminação e consolidação relativa da “extensão difusionista” em âmbito global, ela não constitui o único referencial normativo disponível para balizar a atuação extensionista pois, a partir da constatação dos limites deste, desencadeou-se um processo de discussão de alternativas, o qual vem se complexificando ao longo do tempo.

Neste sentido, argumentaremos que os movimentos em prol da renovação dos referenciais normativos têm se diferenciado ao longo do tempo: inicialmente se destacavam os movimentos orientados à construção de novos consensos abrangentes (como alternativas à “extensão difusionista”) e, atualmente, têm ganhado maior visibilidade os movimentos que perseguem a definição de referenciais normativos desenhados sob medida para espaços sócio-ocupacionais específicos. Como fruto desta diferenciação de movimentos, a identificação dos referenciais normativos vigentes requer levar em conta a convivência de referenciais normativos genéricos e específicos.

Tendo em vista a complexidade do processo de elaboração e/ou proposição de referenciais normativos alternativos para balizamento da atuação extensionista, dedicamos esta seção a uma contextualização geral desta dinâmica para, na seção seguinte, identificar a

elaboração/proposição de referenciais normativos específicos em âmbito global e, posteriormente, caracterizar esta dinâmica no cenário brasileiro.

Em termos da contextualização do processo de renovação de referenciais normativos genéricos, cabe reconhecer a amplitude teórico-metodológica do referencial da “extensão difusionista”. Assim, quando tratamos dos referenciais normativos amplamente disseminados em âmbito global, torna-se necessário chamar atenção para a relevância do referencial teórico-metodológico da difusão de inovações (Rogers, 2003), que levou a denominação deste modelo de “extensão difusionista”. Para reconhecer a teoria da difusão de inovações como um referencial normativo convém destacar que esta fornece aportes teóricos para interpretação de processos sobre os quais se deseja intervir (difusão e adoção de inovações), mas também prescreve um padrão específico de atuação para o extensionista (considerado “agente de mudança”) e indica meios que podem ser utilizados na promoção da difusão e adoção de inovações.

Partindo da constatação dos limites das intervenções baseadas na “extensão difusionista” na superação da pobreza rural, em meados da década de 1980 emergiu um movimento em prol de um novo profissionalismo na extensão. Este movimento reivindicou uma renovação paradigmática nos referenciais normativos da extensão rural. Queremos chamar atenção para as contribuições de Robert Chambers na elaboração da crítica e proposição dos termos da renovação paradigmática, como também na constituição de uma rede de atores comprometidos com este processo (Musyoki, 2011).

Partindo de uma agenda explicitada em texto publicado ainda na década de 1980, intitulado *Normal Professionalism, New Paradigms and Development*, Chambers (1986) contribuiu sobretudo na problematização do componente ético-político normatizador do comportamento do profissional do desenvolvimento e para a formulação de referenciais técnico-instrumentais (com codificação de *Rural Rapid Appraisal* [RRA], *Participatory Rural Appraisal* [PRA], *Participatory Learning Appraisal* [PLA], por exemplo). Cabe assinalar que a disseminação deste movimento veio acompanhada da proposição de que ao extensionista caberia a atribuição de “facilitador” dos processos implicados no desenvolvimento (Pretty et al., 1995). A abordagem alternativa reivindicada passou a ser identificada como “participativa” e foi apresentada como “novo consenso” em torno ao balizamento normativo da atuação extensionista.

Esta abordagem foi promovida (em maior ou menor medida) por organizações de cooperação internacional, influenciando os referenciais normativos das ONGs e a atuação de

organizações governamentais em projetos com financiamento internacional em âmbito global. Entendemos que a disseminação deste novo consenso dependeu, em cada contexto, do poder de seus propositores e da pertinência social dos argumentos utilizados em sua justificação, ou seja, maior adequação e sustentabilidade dos projetos quando a população local é envolvida e maior correspondência com ideários da democratização e descentralização, que constituíam aspirações relevantes em diversos contextos sociais na época.

Recentemente, este referencial genérico tem sido derivado para a geração de referenciais temáticos relativos à inovação. Neste sentido, o interesse pela questão da inovação na promoção do interesse público, quando aplicado a questões relativas à sustentabilidade, levou ao reconhecimento da necessidade de geração de alternativas tecnológicas que assegurem um melhor balanceamento de interesses públicos e privados; e que se configure adequada às condições locais. Sob estes marcos considerou-se que a participação do Estado no financiamento e promoção de processos interativos de inovação assegura o alcance destes propósitos, uma vez que a colaboração entre um conjunto diverso de atores permite o aproveitamento da complementariedade de diferentes tipos de conhecimentos (científico, prático, organizacional etc.) e encaminhamento de processos colaborativos de criação e decisão que resultam em soluções/oportunidades prontas para aplicar nos contextos locais (EU SCAR AKIS, 2019).

A partir destas perspectivas, a União Europeia tem investido em processos interativos de inovação (EU SCAR AKIS, 2019) e estes vem recebendo ampla atenção, com previsão de aplicações das mais diversas. Observamos, neste contexto, a emergência de uma nova proposta de referenciais normativos genéricos para atuação extensionista, que destaca o potencial de sua atuação como *broker* (“articulador”). Esta seria uma das bases da proposta do “novo extensionista” do Global Forum for Rural Advisory Services (GFRAS), conforme apresentado por Sulaiman e Davis (2012).

Em outro movimento em prol de construção de novos consensos, emergente em meados da década de 1990, alguns atores da cooperação internacional reposicionaram o foco de suas atenções, passando a destacar a oportunidade do atendimento às demandas dos agricultores e o fortalecimento dos vínculos com o mercado. Nestas circunstâncias observamos o enfraquecimento do movimento em prol da mudança paradigmática nos termos originalmente propostos por Chambers (1986) e a demanda pelo estabelecimento de referenciais normativos com orientação distinta (conforme detalhamento apresentado na seguinte seção), diversificando o conjunto de referências genéricas consensuadas disponíveis.

A estes movimentos que buscam o estabelecimento de novos consensos amplos para a renovação dos referenciais normativos genéricos, somam-se aqueles que têm buscado elaborar e propor referenciais específicos (customização). Neste sentido, entendemos que a adoção de modelos pluralistas cria um ambiente propício para este tipo de movimento. Bernet et al. (2001) entende que o desenvolvimento de referenciais específicos se apresentou como uma necessidade tendo em vista que as restrições nos recursos públicos constituíram uma forma de pressão para priorizar intervenções e ajustar abordagens metodológicas e instrumentos de apoio às condições específicas do contexto de intervenção.

Considerando a especificidade das problemáticas que se tornam foco da intervenção e o modelo institucional do pluralismo (onde o Estado contrata terceiros para a execução das ações), a definição de referências normativas específicas por temática mostrou-se particularmente desejável por seu potencial de qualificar a intervenção em questões (temáticas) específicas e também por mostrar-se adequada às situações de intervenção via programas e projetos focalizados, sobretudo quando implementada via contratação de terceiros. Neste sentido, o financiador pode utilizar estes *frameworks* para especificar sua demanda e o provedor de serviços pode utilizá-los para orientar-se quanto à especificidade da demanda do contratante.

Na extensão rural o emprego do termo customização é ainda relativamente raro, pois poucos estudos o utilizam explicitamente (Tefera et al., 2021), sendo um pouco mais frequente o uso do termo “tailorização”, com significado próximo àquele de “customização”, como observado em Sulaiman e Blum (2016), Bitzer et al. (2016) e Zabko e Tisenkopfs (2022).

Em nosso estudo, a utilização do termo customização remete a uma dinâmica caracterizada pelo reconhecimento da necessidade de superação da adoção de uma caracterização genérica das atribuições e condições de atuação extensionista como base para a definição de referentes normativos. Parte-se do reconhecimento da necessidade de especificação dos referenciais normativos nas dimensões ético-políticas, teórico-metodológica e técnico-instrumental para que a atuação do extensionista corresponda às expectativas e condições daquele que o contrata. Ou seja, nas seções seguintes trataremos de reunir evidências em torno das questões: estaria havendo codificação de referências normativas (de caráter prescritivo) para balizar a atuação extensionista para cada um dos espaços sócio-ocupacionais em formação? Para que tipo de situações (espaços sócio-ocupacionais) estão se estabelecendo referências normativas específicas?

Tendo em vista o caráter incipiente da pesquisa nesta perspectiva, nos limitaremos a identificar referenciais normativos que alcançam maior publicização (no meio acadêmico e político), o que tende a constituir um viés em favor da ênfase em propostas alternativas desenhadas para governos, mais do que para organizações privadas.

### ***Dinâmicas relativas à customização das referências normativas: âmbito global***

Na abordagem das proposições de referenciais normativos específicos para a extensão rural, vamos enfatizar um conjunto de contribuições emergentes no âmbito dos espaços de discussão da cooperação internacional. Entendemos que a abordagem desta dinâmica é favorecida quando partimos do pressuposto de que, neste âmbito, há uma tendência à definição de referenciais normativos por temática. Ao fazer esta delimitação, tendemos a enfatizar referenciais relacionados à agenda das políticas públicas, caracterizando uma tendência à customização segundo o conteúdo do programa ou projeto. Iniciamos, assim, com análise das evidências que sustentam uma tendência de definição de referenciais normativos específicos relativos à renovação da ampliação temática da agenda pública e, posteriormente, no tratamento da questão técnico-produtiva.

Observamos que o processo de definição de referenciais por temática ganhou maior projeção a partir das discussões sobre a intervenção extensionista para superação da pobreza, por exemplo. Nesta temática encontramos três documentos balizadores da discussão no âmbito do Grupo Neuchâtel/GFRAS: *Extension, Poverty, and Vulnerability (Inception Report, 2001)*, *Extension, Poverty, and Vulnerability (Final Report, 2002)* e *Common Framework for Supporting Pro-Poor Extension (2003)*, os quais vêm sendo atualizados (Lacayo, 2011).

No conjunto dos esforços posteriores de diferenciação de referenciais normativos destacamos a abordagem das temáticas de gênero; mudança climática e segurança alimentar e nutricional que, por vezes, justificam projetos e programas focalizados e, em outras situações, são tratados como temas transversais. No conjunto imensurável de documentos e propostas elaboradas em torno destas temáticas, destacamos algumas que foram marcos relevantes para discussões posteriores. Neste sentido, além de manifestações formais de distintas organizações de cooperação sobre o tema de gênero, destacamos uma iniciativa do GFRAS de identificação de iniciativas de construção de consensos e proposição de agenda sobre o tema e publicação de documentos orientadores de boas práticas (Colverson, 2015). O tema das mudanças climáticas, por sua vez, tem recebido atenção de diversas agências de cooperação,

explorando-se as eventuais consequências desta agenda para a extensão. Kamruzzaman et al. (2020) realizaram uma revisão das discussões em torno das implicações da inclusão da mudança climática para as organizações de extensão, concluindo que tal agenda coloca a necessidade de assumir novos mandatos organizacionais, agendas, papéis e estratégias. A vinculação da extensão rural com agenda da nutrição vem sendo estudada por diversas organizações e motivou a publicação de um documento sobre boas práticas pelo GFRAS (Fanzo, 2015, Kachelriess-Matthess et al., 2016).

Ao tratar das tendências de customização em relação à questão técnico-produtiva, a centralidade histórica que esta questão assume na agenda pública do desenvolvimento agrícola/rural faz com que diversos atores procurem atualizar os referenciais normativos para abordá-la. Observamos que a discussão recente sobre essa questão tem sido conduzida sob marcos mais atentos ao contexto institucional de intervenção extensionista, caracterizando uma divisão de papel entre setor público/privado ou entre diferentes tipos de organizações (Eastwood, Klerkx & Nettle, 2017). Sob estes marcos, o interesse pela questão técnico-produtiva tem repercutido em “releituras” em torno de três temáticas específicas: do assessoramento técnico para tomada de decisões; da adaptação tecnológica para a agricultura familiar e o tema do aprendizado/ inovação, apresentado na introdução desta seção.

Consideramos que a questão do assessoramento técnico para a tomada de decisão ganhou destaque de modo consoante aos processos de privatização e valorização da orientação à demanda. Em termos gerais, muitos autores referem a extensão orientada à demanda como inversão do modelo de transferência de tecnologia, caracterizado como extensão orientada pela oferta. À medida que cresceu o interesse das organizações de cooperação pelo tema, foram elaborados referenciais normativos como o documento intitulado *Demand Driven Agricultural Advisory Services* (Chipeta, 2007), consensuado no âmbito do Neuchâtel Group. Neste, procura-se definir parâmetros para balizar a atuação de diferentes atores em atendimento às demandas, especialmente de pequenos e médios agricultores. Define-se “demanda” como aquilo que os agricultores solicitam, necessitam e valorizam, de tal modo que se veem dispostos a investir seu tempo e seus recursos em seu atendimento (Chipeta, 2007). Assim, observamos um reconhecimento de que o assessoramento técnico é um componente dos processos de mudança tecnológica (e gerenciais), que deve ser preferencialmente orientado à demanda; e quando este resulta predominantemente em benefícios privados (ao agricultor) pode ser considerado atividade

preferencialmente exercida por agentes privados (de modo que o agricultor passa a ser visto como cliente e não mais beneficiário do serviço).

Por outro lado, um conjunto de estudos relativos à questão tecnológica tem mostrado que restrições de adequação das tecnologias aos contextos e ao perfil dos agricultores vem limitando sua adoção. Então, a questão da diferenciação das condições dos agricultores passou a receber maior atenção e vem sendo acompanhada de uma discussão sobre a necessidade de “tailorização” da extensão para a agricultura familiar, considerando-se sua diferenciação interna (Sulaiman & Blum, 2016, Bitzer et al., 2016). Neste contexto preconiza-se a adequação dos conteúdos da recomendação técnica e dos serviços ofertados às necessidades e condições dos agricultores e ressalta-se, conseqüentemente, a importância de realizar esforços em prol da adaptação tecnológica.

Identificamos que esta discussão tem avançado mediante estabelecimento de uma interface com debates relativos à construção de referenciais normativos para potencializar relações de pequenos e médios agricultores com o mercado, como abordado no documento intitulado *Common Framework on Market Oriented Agricultural Advisory Services* (Chipeta, Christoplos & Katz, 2008) – referente normativo desenvolvido para o Neuchâtel Group, que vem sendo aprimorado por outros pesquisadores. Considerando que este público tem dificuldades para arcar com custos de serviços privados para adaptação tecnológica, considera-se a oportunidade de que estes serviços sejam prestados por organizações de produtores ou pelo Estado, utilizando-se este referencial para interpretação dos desafios da questão tecnológica especialmente em países pobres.

Por fim, o exame das reconfigurações da atuação extensionista no contexto da digitalização da agricultura tem revelado que este processo se mostra complexo, pois implica o exercício de novos e diferenciados papéis em condições particulares, que podem derivar na proposição de referenciais normativos específicos. Observa-se que o extensionista pode prestar serviços especializados demandados pelos agricultores, relativos à utilização de determinados instrumentos e aplicativos. Tais instrumentos e aplicativos geralmente requerem habilidades específicas oriundas de conhecimento de *hardwares*, *softwares* e, sobretudo, capacidade de interpretação de dados complexos; de identificação dos riscos, de suas contribuições potenciais para a tomada de decisão em contextos locais e a tradução destas questões para o agricultor (Fielke, Taylor & Jakku, 2020, Eastwood et al., 2019).

### ***Dinâmicas relativas à customização das referências normativas: caso brasileiro***

A abordagem dos processos de customização de referenciais normativos para balizar a atuação extensionista no contexto brasileiro requer que se identifiquem os referenciais que, historicamente, foram disseminados e os movimentos que buscam renová-los.

Neste sentido, no Brasil a cooperação técnica norte-americana teve influência tanto na definição da institucionalidade (conforme abordado em seções anteriores) quanto do referencial normativo balizador da atuação extensionista. Assim, de modo semelhante ao observado em âmbito global, o referencial normativo da difusão de inovações assumiu particular relevância no contexto brasileiro, mostrando-se funcional para a política pública de desenvolvimento agrícola do governo brasileiro de modernização da agricultura no pós-guerra.

Seguindo a dinâmica observada em âmbito global, em meados da década de 1980 já se reconheciam os limites deste referencial e se reivindicava a proposição de alternativas a ele. Ao resgatar brevemente os processos de elaboração e proposição de referenciais normativos alternativos para a extensão rural no Brasil, evidenciam-se as contribuições da sociedade civil organizada (movimentos sociais e ONGs), dos governos e, mais recentemente, de organizações vinculadas ao setor privado.

O exame das contribuições da sociedade civil organizada na proposição de referenciais normativos alternativos mostra-se extremamente relevante para o caso brasileiro. Tal afirmação é feita, tendo em vista que, partindo de uma visão crítica sobre a atuação do Estado na promoção da modernização da agricultura, estes atores buscaram incorporar referenciais alternativos autóctones e/ou gerados no âmbito da cooperação internacional e os traduziram e aperfeiçoaram tendo em vista seu projeto político e a realidade local – definindo um consenso relativo em torno à oportunidade da educação popular. Dentre os atores da sociedade civil organizada identificados com a educação popular e que contribuíram para sua construção, destacamos a atuação de movimentos sociais relacionados à questão agrária e de ONGs de desenvolvimento rural.

Autores que tratam da origem da educação popular indicam a possibilidade de identificar o protagonismo de um grupo de atores que, ao longo de sua trajetória, buscou superar posturas assistencialistas em favor de perspectivas de transformação social e contribuiu para as formulações iniciais de propostas de educação crítica e organização popular. Consideram que, ao se integrar a um movimento maior, de abrangência latino-americana, esse grupo de atores contribuiu para o estabelecimento de propostas que vieram a

ser disseminadas e reconhecidas como “educação popular” (Jara Holliday, 2020; Brandão & Vasconcelos, 2020; Carrillo, 2011).

Posteriormente, movimentos sociais reconheceram a oportunidade destas propostas, aprimorando-as, de modo que se constituiu um *corpus* (ético-político, teórico-metodológico e instrumental) de referência, e sempre em evolução. Assim, conforme indicam Brandão e Vasconcelos (2020, p. 18), a educação popular não se apresenta como um *corpus* homogêneo, pois: “... tendo em Paulo Freire e em Pedagogia do Oprimido um sujeito autoral e um repertório propositivo claro e convincente de princípios, preceitos e práticas pedagógicas, a Educação Popular emergiu a partir de uma interação aberta e dialógica de pessoas e de seus coletivos sociais e políticos”.

Movimentos sociais, com destaque ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tiveram relativo protagonismo na criação de espaços e condições para a prática da educação popular no rural brasileiro. Do mesmo modo, o MST é frequentemente associado à proposição e institucionalização, no âmbito governamental, de políticas públicas de “educação do campo”. Conforme argumentam Kominkiewicz e D’Agostini (2018), o processo de institucionalização implicou em uma diferenciação da proposta educativa original do MST, destacando-se a perda do caráter de classe da educação, presente na formulação original.

As ONGs de desenvolvimento rural constituem um outro ator que tem exercido um papel importante na disseminação e renovação da educação popular no Brasil. Como fruto de sua institucionalidade (com destaque à influência da cooperação internacional no financiamento de sua atuação), os referenciais normativos das ONGs tendem a conjugar influências diversas. Ao mesmo tempo em que há uma identificação com os aportes teórico-metodológicos da tradição da educação popular (Silva, 2022); há evidências de incorporação de aportes gerados no âmbito das agências de cooperação internacional com as quais estas organizações se relacionam. Quanto a estes, destaca-se que as ONGs de desenvolvimento rural se mostraram particularmente sensíveis à reflexão em torno ao “novo profissionalismo” (anteriormente caracterizado) e às “metodologias participativas”, por exemplo.

Ainda, a articulação das ONGs em torno do movimento agroecológico, a disposição à sistematização e troca de experiências tem subsidiado uma dinâmica de aprendizado em rede, que tem potencial de possibilitar a diferenciação e “enraizamento” dos referenciais normativos nos contextos, culturas, projetos locais/territoriais ou regionais. Ao mesmo tempo, a disposição ao aprendizado a partir de experiências internacionais leva à aproximação de

codificações metodológicas como a metodologia “Campesino a campesino” (Val & Rosset, 2020). Para compreender a trajetória das ONGs, entretanto, julgamos importante reconhecer o destaque que, historicamente, conferiram à questão tecnológica na agricultura (tecnologias alternativas), que explica a afinidade à Agroecologia. Ou seja, o engajamento das ONGs de desenvolvimento rural na luta socioambientalista as aproximou da Agroecologia que passou a constituir um alicerce para a construção de sua identidade e aperfeiçoamento de suas propostas de intervenção (Brandenburg, 1999; Dias, 2004).

Segundo apontam Ferrari e Oliveira (2019, p. 1), embora os dois movimentos (MST e movimento agroecológico) “se vinculem à mesma base social e comunguem princípios comuns”, apresentam trajetórias históricas de construção de propostas que transcorrem em paralelo, com pouca interação entre as organizações que as promovem. A disposição recente das organizações a uma maior aproximação manifesta-se, por exemplo, na publicação da obra *Dicionário de Agroecologia e Educação* (Dias et al., 2021, p. 13) que:

... vem ao encontro das necessidades e expectativas dos educadores e educadoras das escolas do campo, inseridos(as) em processos de lutas junto aos movimentos populares, de articular a Agroecologia com o projeto político pedagógico das escolas e desenvolver seus fundamentos junto aos conteúdos escolares.

Ao tratar da construção de referenciais normativos específicos, convém chamar atenção para um movimento internacional de valorização das contribuições destes atores. Ao tratar da formalização de referenciais normativos na interface entre educação popular e agroecologia, cabe observar que as experiências de educação do campo popular realizadas no Brasil têm recebido atenção por serem consideradas possível base para uma proposta de “educação dos sistemas agroalimentares” (Meek & Tarlau, 2016; Anderson et al., 2019; Rivera-Ferre et al., 2021). Partindo do reconhecimento da relevância das crises no sistema agroalimentar e de que os movimentos sociais têm investido, cada vez mais, na educação como estratégia de transformação social, Meek e Tarlau (2016), por exemplo, propõem um *framework* para identificar a proposta de *Critical Food Systems Education* (CFSE). Segundo os autores (2016, p. 241) trabalha-se com uma expectativa de que o desenvolvimento de “subjettividades transgressivas”, que pode contribuir para promoção de movimentos de base em torno à agricultura alternativa e, por esta via, transformar o sistema alimentar.

Como comentado anteriormente, algumas das propostas construídas por atores da sociedade civil são, eventualmente, incorporadas pelos governos, mas é necessário reconhecer

que a especificidade da demanda governamental pode colocar o governo como protagonista no desenvolvimento de referenciais normativos alternativos.

Quando buscamos identificar as contribuições do governo brasileiro na geração de referenciais normativos alternativos para a extensão rural, é necessário iniciar a análise destacando a importância assumida pelo processo de “repensar” da extensão rural no início da década de 1980. Neste sentido, a crise da política de modernização da agricultura, em um contexto de democratização política, repercutiu no reconhecimento da oportunidade de promoção de novos referenciais normativos por parte da coordenação do sistema nacional de extensão. Conforme descrição de Caporal (2009, p. 7) com o “repensar da extensão rural” buscou-se romper com o “... modelo meramente difusionista e mecanicista das práticas de transmissão do conhecimento ...”. Neste contexto:

... a entidade maior da Extensão Rural Brasileira, deu um giro de 180 graus no seu enfoque de atuação na área, incorporando algo que – reconheça-se – nunca mais deixou de estar presente nos debates sobre ATER – a noção de ‘educação libertadora’ de Paulo Freire, João Bosco Pinto, Diáz Bordenave e tantos outros seguidores.

Outro momento histórico a ser destacado quando se recupera a contribuição do governo para a definição de referenciais normativos alternativos para a extensão, remete a proposição da “extensão rural agroecológica”, vinculada à PNATER. Este movimento retomou a identificação com aportes da educação popular manifestada durante o “repensar” e indicou a oportunidade da perspectiva da transição agroecológica enquanto estratégia de desenvolvimento rural. Ao redigir um documento intitulado *Bases para uma Política Nacional de Formação Extensionista*, Caporal (2009, p. 8) explica a orientação geral perseguida, que seria a de promover o fortalecimento da agricultura familiar mediante: “...uma ação tecnicamente qualificada, mas com uma intervenção dialógica e construtivista. Mais do que tudo, uma práxis democrática e de orientação libertadora, com foco no conceito de uma “Extensão Rural Agroecológica”. Assim, com a PNATER, concedeu-se atenção especial à questão do modelo tecnológico a ser promovido, o que aproximou a política pública ao acúmulo oriundo da diversidade de experiências das ONGs de desenvolvimento rural na construção de agriculturas alternativas. Complementarmente, neste processo, houve um esforço para qualificar a “pedagogia de ATER”, que resultou no reforço à uma perspectiva freiriana, manifesta no documento “Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de ATER” (MDA, 2010).

Apesar das contribuições relacionadas à construção de um referencial normativo para a PNATER, devemos inseri-las em um movimento mais amplo de especificação de referenciais normativos por temática, para possibilitar uma atuação extensionista focalizada em atendimento a uma agenda pública de desenvolvimento bastante ampliada. Para compreender tal dinâmica convém recuperar que a extensão rural é considerada um dos instrumentos da política de desenvolvimento rural e esta, por sua vez, componente da política de desenvolvimento nacional. Assim, a proposição de promoção do “desenvolvimento rural sustentável e solidário” se refletiu em uma agenda ampliada que se traduziu em elevada diversidade temática das chamadas públicas de extensão rural (Diesel & Dias, 2016). Ao definir referenciais normativos específicos para estas chamadas públicas conforme seu conteúdo (temáticas) ou para públicos específicos (Dias, 2004a), consideramos que o governo também contribuiu para os processos de customização na extensão rural, em diálogo com os processos de customização em curso no âmbito global.

Embora o formato de implementação da PNATER por meio de chamadas públicas continue em vigência, mudanças de governo em 2019 relativizaram os referenciais normativos elaborados nos governos anteriores e favoreceram a internalização de referenciais normativos de atores mais alinhados com orientação político-ideológica do novo governo, como assinalam Diesel et al (2021). Tais dinâmicas levaram a conceder maior projeção política a propostas como a da ATEG (Assistência Técnica e Gerencial). O resgate da trajetória de tal proposta remete à perspectiva de atores vinculados ao setor privado. Sob estes marcos, além de uma atuação de assistência técnica própria por parte de agroindústrias integradoras e daquela vinculada à comercialização de insumos, identificamos uma atuação do Sistema S no treinamento de trabalhadores rurais, que se expande recentemente mediante investimento em desenvolvimento de referências normativas específicas para a extensão rural, dando origem à proposta de ATEG (SENAR, 2021). Neste sentido, se os atores relacionados aos movimentos sociais e ONGs tenderam historicamente a considerar a atuação extensionista do sistema governamental como excessivamente conservadora (em termos políticos), outros atores a consideraram inadequada para atender as demandas dos segmentos mais dinâmicos do agronegócio, por subestimar o potencial das estratégias de desenvolvimento baseadas em aperfeiçoamento, inovação tecnológica e/ou vinculação ao mercado.

A conjuntura específica da pandemia da COVID-19 contribuiu para a maior atenção ao potencial da mediação digital, repercutindo no fomento à geração de referenciais específicos

para ATER digital, o que se traduz em propostas formuladas por organizações estaduais de ATER (EMATER/MG, 2020) e por acadêmicos (Lopes et al., 2022).

Uma retrospectiva dos processos de proposição de referenciais normativos para o sistema governamental de extensão, nos remete às coalisões políticas de sustentação dos governos e, por esta via, à predisposição para incorporação de propostas desenvolvidas fora da institucionalidade estatal, pelos atores que, em cada momento histórico, passam a constituir a base política de apoio do governo. Por outro lado, agendas e projetos políticos governamentais, ampliados e inovadores, resultam na constituição de demandas específicas pela identificação, formulação e disseminação de referenciais normativos para contemplá-las.

A Figura 1 apresenta uma síntese didática desta dinâmica de geração de referenciais normativos específicos e relevantes para a política pública nacional no Brasil, salientando as interações entre atores com vistas ao compartilhamento de referenciais. Ou seja, a Figura 1 procura situar, de modo sintético e didático, o contexto de emergência e trajetória histórica de algumas das principais propostas de atores do terceiro setor (ONGs e movimentos sociais), do governo (sistema público) e de entidades vinculadas ao setor privado (como as componentes do Sistema S), bem como identificar movimentos de aproximação e convergência de atores (em torno de determinadas propostas).

Figura 1 - Organizações, suas agendas e propostas de intervenção (1960/2022).

	Organizações terceiro setor (ONGs e mov. sociais)		Sistema público governamental	Organizações privadas
Décadas 60/70	ONGS – ASSISTENCIALISTA/ EDUCAÇÃO POPULAR		TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA	SENAR – TREINAMENTO DE TRABALHADORES
Década 80	ONGS – EDUCAÇÃO POPULAR MOV. SOCIAIS – EDUCAÇÃO POPULAR		REPENSAR EXTENSÃO/ EDUCAÇÃO POPULAR	
Décadas 90/2000	MOV. SOCIAIS – EDUCAÇÃO POPULAR	ONGS – EDUCAÇÃO POPULAR/ AMBIENTALIZAÇÃO/ AGROECOLOGIA	DES. LOCAL/ AGRICULTURA FAMILAR/AGROECOLOGIA	
Década 2010	MOV. SOCIAIS – EDUCAÇÃO POPULAR	ONGS – AGROECOLOGIA	AGRICULTURA FAMILIAR/POLÍTICAS PÚBLICAS /TRANSF. DE TECNOLOGIA	PRIVADOS – ASSISTÊNCIA TÉCNICA SENAR – ASSISTÊNCIA TÉCNICA E GESTÃO
Atual	MOV. SOCIAIS – EDUCAÇÃO POPULAR	ONGS – AGROECOLOGIA	TRANSF. DE TECNOLOGIA DIGITALIZAÇÃO	PRIVADOS – ASSISTÊNCIA TÉCNICA SENAR – ASSISTÊNCIA TÉCNICA E GESTÃO

Fonte: elaboração própria.

A abordagem da dinâmica de customização no caso brasileiro concedeu ênfase especial à identificação de referenciais normativos relativos à política pública de extensão rural. A partir desta delimitação, reconhecemos a seletividade dos referenciais mencionados em nossa análise. Para entender a pluralidade de referenciais normativos emergentes haveria de ser considerada a contribuição da diversidade de atores potencialmente atuantes na extensão rural. Reconhecemos que este resgate não remete às contribuições de organizações públicas de pesquisa agropecuária (sobretudo reconhecendo o maior investimento destas na pesquisa aplicada, inovação e transferência de tecnologia para pequenos agricultores) e de atores do agronegócio.

De qualquer modo, a análise conduzida nesta seção evidencia que o desenvolvimento de referenciais normativos alternativos não decorre de um evento específico, apresentando-se, via de regra, como um processo no qual participam incontáveis atores, se renovando no tempo. Ainda, evidencia-se que, para entender os processos orientados à renovação dos referenciais normativos balizadores da atuação extensionista é necessário considerar, de modo semelhante ao realizado nas seções anteriores, a complementariedade entre movimentos orientados à construção de consensos genéricos e aqueles orientados ao desenho de referenciais apropriados para espaços sócio-ocupacionais específicos. A análise desta dinâmica evidencia que, enquanto em alguns casos observa-se um esforço de construção de um referencial normativo genérico, para derivar referenciais específicos a partir dele, noutros casos observa-se iniciativa orientada à generalização de referenciais normativos gerados para atores e condições específicas. Tais observações ressaltam a complexidade da dinâmica de proposição de referenciais normativos para balizamento da atuação extensionista e as limitações do esforço realizado no presente estudo, indicando a oportunidade de investigações mais aprofundadas sobre a questão.

### **Diversificação, diferenciação, customização e o ensino da Extensão Rural**

Nesta seção buscaremos explorar as possíveis interfaces entre as dinâmicas observadas no campo de atuação extensionista e no ensino de extensão rural no Brasil. Ao iniciar a abordagem destas interfaces convém reconhecer que estamos tratando de institucionalidades distintas: os espaços sócio-ocupacionais extensionistas e a educação superior. Por estarem sujeitas a lógicas próprias, estas institucionalidades podem ter interfaces débeis. Por outro lado, cabe reconhecer que, tradicionalmente, as organizações de pesquisa agropecuária, de extensão rural e de ensino (universidades, majoritariamente públicas) foram consideradas

como parte de um sistema nacional (e público) de inovação, cujos componentes deveriam operar sob mesmo direcionamento. Explica-se, assim, a ocorrência de reiterados esforços para articular o ensino da extensão rural com as demandas das organizações públicas de extensão rural.

Ao observarmos o caráter público da institucionalidade constituída, percebemos os vínculos potenciais das organizações de extensão e, por essa via do ensino, com as políticas de desenvolvimento rural e de desenvolvimento econômico nacional. É possível elucidar, assim, as manifestações históricas dos vínculos entre ensino e as políticas públicas, agendas governamentais e modelos institucionais. Isso nos leva a questionar qual seria o alcance das reformas que preconizam a adoção de uma institucionalidade pluralista para a extensão rural e problematizar suas possíveis repercussões para o ensino.

Iniciamos resgatando como se manifestaram, historicamente, as interfaces entre as dinâmicas institucionais na extensão rural e o ensino. Em um segundo momento exploramos e problematizamos as possíveis implicações das mudanças na institucionalidade da extensão em favor da adoção de modelos pluralistas. Por fim, ponderamos sobre possíveis interdependências entre ensino e atuação extensionista nos espaços sócio-ocupacionais identificados.

### **As interfaces entre modelos institucionais e o ensino de extensão**

Em termos gerais, a história das organizações de extensão no Brasil, no pós-guerra, remete ao papel estruturante de um projeto nacional de desenvolvimento econômico que previa uma contrapartida de “modernização da agricultura”. Para sua efetiva viabilização, foi consolidada uma institucionalidade pública governamental, preconizando-se a adoção de um enfoque teórico-metodológico difusionista como base para definição de um referencial normativo balizador da atuação extensionista nas organizações governamentais. Sob este desenho, o ensino de extensão rural adquiriu caráter instrumental na viabilização deste projeto, tendo sido orientado para a formação de um perfil profissional de extensionista compatível com o enfoque difusionista.

O movimento crítico emergente na década de 1980 (“repensar da extensão rural”), colocou em questão o projeto nacional de desenvolvimento econômico, de modernização da agricultura e a atuação das organizações governamentais de extensão. Conforme caracterizado na seção sobre customização, ao destacar a prioridade da democratização na constituição da agenda do projeto nacional, esse movimento promoveu o reconhecimento da oportunidade de

promover perspectivas emancipatórias e referenciais teórico-metodológicos freirianos para balizar a atuação extensionista das organizações públicas governamentais de extensão rural.

Ao explorar as implicações deste movimento para o ensino, cabe observar que ele trouxe consigo a proposição de uma nova orientação para a disciplina de extensão rural. Considerou-se oportuno que a disciplina revisitasse criticamente a experiência histórica de modernização da agricultura e o referencial teórico-metodológico da difusão de inovações, enfatizando potencialidades e requisitos da opção por orientações emancipatórias na atuação extensionista, o que a aproximou da perspectiva e dos aportes da educação popular.

Mais adiante, no início dos 2000, sob agenda progressista, que preconizava avanços em termos de desenvolvimento rural sustentável e solidário, com base na agricultura familiar, constituiu-se a PNATER como novo marco normativo para as políticas públicas de extensão rural e, conseqüentemente, para atuação das organizações públicas. Essas dinâmicas implicaram a renovação dos esforços para revisão do ensino de extensão rural, o que está na origem da constituição do Fórum Nacional de Professores de Extensão Rural (Camargo, Thies & Vargas, 2022).

Naquele contexto político, o Fórum promoveu o I Seminário “O estado da arte do ensino de extensão rural”, realizado em Itamaracá-PE em 2008 (Camargo et al., 2008). O documento político do evento, ao sintetizar os debates realizados, reconhece que:

... faz-se necessário que surjam novos projetos político pedagógicos para os diversos cursos comprometidos com questões contemporâneas da ecologia, da complexidade, da produção sustentável, da inserção social e do diálogo com o conhecimento tradicional. Que estes projetos reorientem a formação profissional de modo que estes venham a se comprometer com as diversidades étnicas, sociais e dos agroecossistemas, fortalecendo as estratégias da agricultura familiar e a transição para produção em bases agroecológicas (Carta de Itamaracá, 2008).

Este posicionamento político propôs um aprofundamento e “atualização” da perspectiva freiriana, em sintonia com a agenda da promoção da transição agroecológica prevista na PNATER. Estudos realizados evidenciaram que os docentes e o ensino de extensão rural, de um modo geral, se mostravam relativamente permeáveis à nova conjuntura do desenvolvimento rural (incorporando temas relativos ao reconhecimento da heterogeneidade social no meio rural, da relevância da problemática ambiental, como também a agenda de promoção da transição agroecológica), mas que isso não vinha ocorrendo de modo sistemático (Callou et al., 2008).

Convém reconhecer, por fim, a especificidade da atual conjuntura, na qual o modelo pluralista apresenta-se como uma opção e uma tendência. Essa conjuntura, na extensão rural

brasileira, é caracterizada pela retração da ação estatal com conseqüente fragilização da política federal. A PNATER também é fragilizada em decorrência da institucionalidade descentralizada, financiada e gerenciada por governos estaduais. Ou seja, identificamos adoção de algumas estratégias administrativas e gerenciais que vêm transformando o ambiente institucional-normativo da extensão rural pública, constituindo um cenário em que estratégias diversas de descentralização, focalização, territorialização de ações, intervenção por projetos e atuação especializada por temas estão presentes. Cabe, então, analisar em que medida essa tendência pode ser considerada desejável, quais as alternativas colocadas em cena e as prováveis implicações para o ensino de extensão rural.

### **As traduções e implicações do modelo pluralista para o ensino da extensão rural**

Para avaliar as traduções e implicações do modelo pluralista para o contexto do ensino da extensão rural, adotamos uma perspectiva normativa para a análise, ou seja, optamos por partir do reconhecimento dos vínculos históricos da extensão rural com a institucionalidade pública e, por esta via, com os interesses públicos no âmbito do desenvolvimento rural. Isto significa reconhecer e pontuar que as tendências analisadas são portadoras de uma questão radical: o “dever-ser” da ação extensionista. O *ethos* profissional deveria ser orientado a oferecer que tipo de resposta à questão agrária contemporânea? A questão agrária é aqui compreendida como a luta pela hegemonia do projeto de mudança ou desenvolvimento das realidades agrícola e rural.

Neste contexto, o pluralismo poderia ser interpretado como correspondente a uma opção de orientação política e por um modelo de Estado (gerencialista), sustentados numa determinada representação da sociedade (inerentemente plural). Podemos partir das contribuições de Rocha (2005, p. 13) para entender as implicações do pluralismo, como teoria política sobre as políticas públicas:

Tomando a terminologia da abordagem sistêmica, são as demandas e apoios (*inputs*) dos grupos de pressão que vão delinear as políticas públicas (*outputs*). O governo e suas políticas são vistos como resultado dos *inputs* vindos da sociedade. O Estado é considerado como algo neutro, cuja função é promover a conciliação dos interesses que interagem na sociedade, segundo a lógica do mercado.

Ao Estado atribui-se, pelo viés do gerencialismo administrativo (Paula, 2005), e em um cenário de privatização dos serviços públicos, um papel subsidiário e a função de coordenar a execução terceirizada de prestação de serviços. Para os defensores do pluralismo na extensão

rural, ele é considerado desejável, pois permite contemplar a diversidade das necessidades e da vida rural a partir de uma multiplicidade de serviços, abordagens e provedores – implicando seleção das organizações e dos “métodos” considerados mais adequados para cada situação (Heemskerk & Davis, 2012, p. 194). Neste caso, promove-se significativa diversificação de referenciais normativos à ação extensionista ao preconizar-se orientação *best fit*, ao mesmo tempo em que se precarizaram as condições de trabalho. Entendemos que tais observações remetem à amplitude da noção de pluralismo institucional, que não se limita à pluralidade de organizações (e as condições de trabalho que possibilitam), mas abrange a legitimação da diversidade de posições em relação às dinâmicas ambientais, sociais, políticas e econômicas; e conseqüentemente de direcionamento e de abordagem da ação de extensão.

Podemos explorar as implicações da adoção de um modelo pluralista ao considerar a dinâmica da execução de contratos por meio de chamadas públicas. Esta configura espaços sócio-ocupacionais para lidar com intervenções focadas em temas específicos e operacionalizadas via projetos. Tais dinâmicas tem conseqüências políticas, como alerta Yamamoto (2009, p. 4) ao tratar do profissionalismo no Serviço Social, que afirma que os espaços sócio-ocupacionais:

... contêm elementos simultaneamente reprodutores e superadores da ordem, abrangendo tanto os espaços ocupacionais resultantes da ação do empresariado e de segmentos específicos da sociedade civil, quanto os derivados da implementação das políticas sociais de Estado e os acionados pela direção das organizações das classes trabalhadoras, todos eles sujeitos ao impacto das tensões de classe, através de mediações específicas.

Sob estes marcos, ao se eximir de assumir agendas progressistas orientadas ao desenvolvimento rural sustentável, o Estado gerencialista não prioriza agentes e não problematiza demandas, o que pode ser considerada uma postura questionável em sociedades caracterizadas por grandes desigualdades sociais, nas quais os agentes com maior poder orientam-se à reprodução ampliada em um sistema capitalista que não internaliza impactos ambientais e sociais nas tomadas de decisão. Do exposto, considerando-se a realidade brasileira, deriva-se que no atual contexto seria desejável que o Estado se posicionasse politicamente, apoiando projetos de desenvolvimento e de extensão compatíveis com interesses públicos ao longo prazo, analisando criticamente as contribuições potenciais dos diferentes agentes e a legitimidade de suas demandas.

No caso do desenvolvimento e extensão rural, de um modo geral, o contexto atual pode ser caracterizado pelas lutas políticas em torno das dinâmicas de desenvolvimento agrícola e rural (Wilkinson, 2022), que se refletem na agência de organizações e profissionais que

propõe políticas e/ou enfrentam o cotidiano da atuação profissional nos mais diversos contextos e condições de trabalho (Landini, 2021).

Embora os projetos e propostas dos distintos atores traduzam, em parte, a perspectiva e os desafios relacionados à posição específica que ocupam na sociedade, é possível (e conveniente para nossa análise) agrupá-los, para os fins de nossa análise, segundo o caráter conservador ou progressista de suas propostas. Entendemos que tal demarcação torna-se necessária para evidenciar que uma postura predominantemente gerencialista do Estado implicaria favorecimento da dinâmica econômica e social de desenvolvimento rural apoiada pelos grupos mais poderosos.

No limite, observa-se posturas conservadoras podem ser associadas à defesa da estandardização customizada do modelo difusionista de transferência de tecnologia, advogando a necessidade de integração de segmentos das agriculturas familiares e tradicionais ao *Consenso das Commodities* (Svampa, 2020). Apesar da diversidade de manifestações, estas posturas embasam ações extensionistas que têm em comum o fato de valorizar a prescrição das intervenções, abrindo espaço para elementos de adaptação à demanda (do público, dos contextos, dos temas), preservando, no entanto, a essência do difusionismo – ao tratar a tecnologia como mercadoria e mediadora da integração de agricultores a mercados de consumo de bens e serviços agropecuários. Do mesmo modo, abordam os processos de mudança social para fins de manutenção das relações de dependência, de modo a favorecer a acumulação de capital pelas corporações do agronegócio. Neste caso opera-se a diversificação de espaços sócio-ocupacionais privados, ampliando “mercados de trabalho” aos extensionistas que passam a prestar assessoramento técnico a agroindústrias e empresas agropecuárias. Neste cenário podem ser identificadas posturas favoráveis à customização como observado na atuação do SENAR, com a criação, em 2013, do Programa de Assistência Técnica e Gerencial (ATEG) que, ao reforçar os fundamentos do gerencialismo, agrega ao componente difusionista o referente “empreendedorismo” ao projeto de modernização das agriculturas familiares.

Neste sentido, o ensino de extensão rural informado por este referente projeta ao exercício profissional uma dimensão ético-política que posiciona, de modo geral, o profissional no reforço às estratégias de expansão do agronegócio, apoiando produtores e agricultores para a inclusão produtiva. Os espaços sócio-ocupacionais dos extensionistas, nesta perspectiva, são diversos, mas caracterizados em geral pela noção de mercantilização da prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural, secundarizando, dentre outros

aspectos, perspectivas críticas relativas aos direitos. Neste caso, o ensino se aproxima da educação corporativa (Castro & Eboli, 2013), sendo a ele atribuída a responsabilidade de gerar competências para o fortalecimento de capacidades para modernização técnica e gerencial dos agricultores. Presume-se que, neste caso, a abordagem de referenciais normativos desenhados para espaços sócio-ocupacionais específicos seja um indicador de efetivação da desejável vinculação do ensino ao mercado de trabalho.

Em contraposição às posturas conservadoras, identificam-se aquelas de caráter transformador, que são adotadas por atores que perseguem projetos de desenvolvimento rural capazes de promover avanços em termos de equidade social e sustentabilidade e empreendem processos de diferenciação e customização da ação extensionista que se fundamentam em ideários emancipatórios ou solidários (Sachs, 2020).

Este segundo tipo de postura, com enorme diversidade interna, parte da renovação paradigmática que, a partir dos 1980, reivindicou a necessidade de um “novo profissionalismo” e é aqui caracterizada como um movimento com potencial transformador. Ele trouxe à cena, dentre outros elementos, a necessidade de os extensionistas desenvolverem capacidades e competências críticas para compreender as intencionalidades políticas que fundamentam suas intervenções sociais, principalmente ao elaborar a crítica sobre questão tecnológica orientada pelo referente da transferência de tecnologias.

Neste sentido, as experiências com educação popular (Carrillo, 2017) e agroecologia (Souza, 2017), embora diversas e plurais, representam referências importantes à renovação transformadora da ação extensionista, trazendo ao componente formativo (intra e extra-acadêmico) um conjunto de referenciais ético-políticos que tencionam o ensino de extensão ao politizar a ação extensionista. Isto é, trata-se de uma vertente que propõe anúncios e denúncias do projeto político conservador para a transformação do agro brasileiro, que se instituiu por meio de reiterados ciclos de modernização agrícola, degradação ambiental e reprodução de desigualdades sociais – projeto de sociedade e desenvolvimento que opera historicamente como legitimador dos interesses das classes dominantes (Mendonça, 2012). Para alcançar a crítica pretendida:

Os movimentos sociais reivindicam que nos programas de formação de educadoras e educadores do campo sejam incluídos o conhecimento do campo, as questões relativas ao equacionamento da terra ao longo de nossa história, as tensões no campo entre o latifúndio, a monocultura, o agronegócio e a agricultura familiar; conhecer os problemas da reforma agrária, a expulsão da terra, os movimentos de luta pela terra e pela agricultura camponesa, pelos territórios dos quilombos e dos povos indígenas. Conhecer a centralidade da terra e do território na produção da vida, da cultura, das identidades, da tradição, dos conhecimentos... Um projeto educativo, curricular, descolado desses processos de produção da vida, da cultura

e do conhecimento estará fora do lugar. Daí a centralidade desses saberes para a formação específica de educadoras e educadores do campo. (Arroyo, 2007, p. 167).

Neste sentido, o ensino de extensão rural informado por este tipo de postura projeta ao exercício profissional uma dimensão ético-política que o aproxima da população rural historicamente marginalizada e reivindica o compromisso do Estado com os direitos sociais e os patrimônios socioambientais. O espaço sócio-ocupacional dos extensionistas, nesta perspectiva, é o das políticas públicas, seja em organizações governamentais ou em outros tipos de organizações que implementam ações públicas com este tipo de compromisso. Neste caso, ao ensino atribui-se a responsabilidade da criação de competências para o conhecimento das realidades sociais de intervenção, configurando uma dimensão teórico-metodológica que permita um exercício profissional comprometido com projetos emancipatórios e solidários. De modo coerente, este referente à formação implica definição dos componentes da dimensão técnico-operativa que permitam uma ação extensionista educativa e dialógica. Partindo deste tipo de postura, tende-se a manifestar uma avaliação crítica à customização, ao interpretar que está se associa à intervenção via projetos focalizados, pouco democráticos. Por outro lado, entendemos que é possível que no futuro a customização seja percebida de forma distinta, sobretudo se for considerada em sua dimensão epistemológica – enquanto um processo que traz à tona a complexidade da intervenção social em temáticas e contextos específicos.

Consideramos, assim, que os referenciais normativos para ação extensionista são múltiplos, concorrentes e enraizados em princípios ético-políticos, balizadores do exercício profissional. Ensinar extensão rural na academia, nesta conjuntura, requer, como fundamento básico, a interpretação crítica das diferentes propostas institucionais em cena para que docentes e discentes consigam compreender as consequências e os desdobramentos de modelos e referenciais normativos forjados, mobilizados e acionados pelos distintos atores que configuram institucionalidades e espaços sócio-ocupacionais em que a extensão rural é exercida. Partindo do suposto de que as disputas políticas se manifestam de formas particulares em cada contexto, o ensino poderia diferenciar-se segundo os agentes e estratégias abordadas, mas perseguindo sempre a coerência com a postura em favor dos interesses públicos em longo prazo.

## **O que esperar das contribuições do ensino de extensão rural para o exercício profissional nos diferentes espaços sócio-ocupacionais?**

Argumentamos sobre a possibilidade de que a ocorrência de processos de customização (Lampel & Mintzberg, 1996) possa ser percebida como estratégia geral em direção à recriação do profissionalismo, sob influência da diversidade de demandas institucionais – manifestas nas políticas públicas e nas políticas corporativas – e das demandas sociais, veiculadas em temas, questões e reivindicações de organizações de movimentos sociais, segmentos e setores que representam interesses corporativos. Ao analisar a “formação extensionista”, por sua vez, é importante pontuar que as experiências formativas não se restringem ao âmbito acadêmico. Não há, no Brasil, uma formação profissional que forneça titulação ao extensionista.

O “aprender-fazendo” e o aprendizado informal são destacados por Brodeur et al., (2011) como uma evidência da insuficiente formação acadêmica. Esta é geralmente referida como excessivamente “teórica” e, por isso, em muitas situações, “desconectada da realidade” de intervenção (Kuehne & Lewellyn, 2017). Há um reconhecimento da importância do aprendizado informal e vivencial para a prática profissional (Landini, 2021). O aprendizado pela prática ocorre em diálogo com as demandas laborais cotidianas, com os conhecimentos de extensionistas mais experientes (Thorton et al., 2003) e com os referenciais normativos e a cultura organizativa dominante no espaço sócio-ocupacional em que o profissional exerce suas atividades. Ao analisar a ação extensionista, este fato confere importância à necessidade de compreensão dos processos de “formação em serviço” e “capacitação” como ambientes privilegiados para o aprendizado do “fazer extensionista”. Estas experiências extra-acadêmicas enunciam a enorme diversidade de propostas pedagógicas e o envolvimento de inúmeros sujeitos que são chamados à participação destes esforços de capacitação para o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício profissional nos diferentes espaços sócio-ocupacionais (Gollo & Oliveira, 2021).

Partindo desta perspectiva, tende-se a observar limites evidentes no potencial de formação profissional a partir de disciplinas específicas inseridas na matriz curricular. No caso da disciplina extensão rural, ela é apenas um dos conteúdos curriculares de cursos das Ciências Agrárias, não havendo obrigatoriedade de sua existência com esta nomenclatura, embora o conteúdo “extensão rural” deva estar obrigatoriamente presente nos currículos. O diagnóstico sobre a limitação da formação é confirmado pelo fato de a disciplina ter uma reduzida carga horária, apresentar desconexão com as demais áreas de formação das ciências

agrárias e geralmente não se articular teórica e de modo prático com outras disciplinas da área socioeconômica (Callou et al., 2008). Este fato evidencia o cenário de uma formação acadêmica em que ocorre o encadeamento, em uma sequência curricular, de disciplinas com temáticas diversas com ausência de eixos articuladores que permitam superar a fragmentação de conteúdos, fato que permitiria que a extensão rural alcance organicidade na totalidade da formação. Estas características explicam as manifestações recorrentes sobre o isolamento da disciplina, a formação compartimentalizada e a sobrecarga de conteúdo como resposta à deficiência no tratamento, ao longo da formação acadêmica, de temas pertinentes às ciências sociais (Gorman, 2019).<sup>viii</sup>

A partir do reconhecimento destas diferentes limitações, reforça-se a noção de que não cabe atribuir ao ensino de extensão (enquanto disciplina específica) responsabilidades na formação das competências necessárias para o desempenho profissional “customizado” aos diferentes espaços sócio-ocupacionais identificados. Neste sentido, parece mais plausível pressupor que a disciplina pode ter um importante papel na elucidação de como processos educativos (envolvendo agricultores) são acessados por diferentes agentes com vistas a realização de seus interesses nos processos de desenvolvimento relacionados ao agro (Deponti e Almeida, 2012).

Do mesmo modo, a partir das problematizações realizadas, justifica-se ênfase na identificação crítica de propostas que atendam interesses públicos de longo prazo – com elucidação de seus referenciais normativos em diálogo com a realidade regional. Mesmo assim, há de se ter clareza dos limites da formação propiciada no âmbito de uma disciplina em relação a competências específicas requeridas para exercício profissional sob os diferentes perfis.

Avaliamos que o cenário atual é sobretudo complexo para o docente. A reação ao padrão tradicional é multifacetada. As identidades profissionais se tornaram mais fluidas e as práticas ainda mais diversificadas. Esta dinâmica também remete à diversidade de propostas de mudança e intervenção em cena, assim como a variedade de espaços sócio-ocupacionais em que os extensionistas podem atuar. Sob estas circunstâncias, embora a incorporação da pluralidade de referenciais normativos possa parecer a opção mais fácil e “democrática”, possivelmente não favorecerá avanços almejados em termos de equidade social e sustentabilidade.

## Referências

Alex, G., Byerlee, D., Helene-Collion, M., & Rivera, W. (2004). *Extension and rural development: converging views on institutional approaches?* Washington: World Bank.

Alves, E. R. A., Santana, C. A. M., & Contini, E. (2016). Extensão rural: seu problema não é a comunicação. In Vieira Filho, J. E. R., & Gasques, J. G. (Orgs.). *Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade* (pp. 65-86). Brasília: IPEA.

Anderson, C. R., Binimelis, R., Pimbert, M. P., & Rivera-Ferre, M. G. (2019). Introduction to the symposium on critical adult education in food movements: learning for transformation in and beyond food movements – the why, where, how and the what next? *Agriculture and Human Values*, 36(3), 521-529. <https://doi.org/10.1007/s10460-019-09941-2>

Arroyo, M. G. (2007). Políticas de formação de educadores do campo. *Cad. Cedes*, 27(72), 157-176. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622007000200004>

Bergamasco, S., & Borsatto, R. (2016). *Evaluation of Extension Reforms in Brazil* (Final Report presented to IFPRI). Campinas: Unicamp.

Bernet, T., Ortiz, O., Estrada, R. D., Quiroz, R., & Swinton, S. M. (2001). *Tailoring agricultural extension to farmer needs: a user-friendly farm-household model to improve decision-making in participatory research*. Proceedings of The Third International Symposium on Systems Approaches for Agricultural Development (SAADIII). [https://doi.org/10.1016/S0308-521X\(01\)00024-5](https://doi.org/10.1016/S0308-521X(01)00024-5)

Birner, R., Davis, K., Pender, J., Nkonya, E., Anandajayasekeram, P., Ekboir, J., Mbabu, A., Spielman, D. J., Horna, D., Benin, S., & Cohen, M. (2009). From best practice to best fit: a framework for designing and analyzing pluralistic agricultural advisory services worldwide. *The Journal of Agricultural Education and Extension*, 15(4), 341-355. <https://doi.org/10.1080/13892240903309595>

Bitzer, V., Wongtschowski, M., Hani, M., Blum, M., & Flink, I. (2016). *Towards inclusive pluralistic service systems: insights for innovative thinking*. Rome: FAO/KIT.

Brandão, C. R., & Vasconcelos, V. O. (2021). Entre as origens e o agora: Memórias e trajetórias da educação popular. *Reflexão e Ação*, 29(2), 10-24.

Brandenburg, A. (1999). *Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: Editora da UFPR.

Brodeur, C. W., Higgins, C., Galindo-Gonzalez, S., Craig, D. D., & Haile, T. (2011). Designing a competency-based new county extension personnel training program: a novel approach. *Journal of Extension*, 49(3), 1-16.

Buainain, A. M., Cavalcanti, P., & Consoline, L. (2021). *Estado atual da agricultura digital no Brasil: inclusão dos agricultores familiares e pequenos produtores rurais*. (Documentos de Projetos LC/TS. 2021/61). Santiago: CEPAL.

Camargo, A. B., Pires, M. L. L. S., Leitão, M. R. F. A., & Santos, M. S. T. (2008). O estado

da arte do ensino de extensão rural. *Revista Extensão Rural*, 15(16), 84-115.

Camargo, R. A. L., Thies, V. F., & Vargas, D. L. (2022). O Fórum Nacional de Professoras e Professores de Extensão Rural e a Relação com as Políticas de ATER: conversa com Sonia Bergamasco e Eros Mussoi. *Emancipação*, 22(especial), 1-17.

Caporal, F. R., & Costa Beber, J. A. (1994). Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescência. *Extensão Rural*, 2, 7-32.

Caporal, F. R. (2009). *Bases para uma Política Nacional de Formação de Extensionistas Rurais*. Brasília: MDA.

Carrillo, A. T. (2011). *Educación popular: trayectoria y actualidad*. Caracas: UBV.

Carrillo, A. T. (2017). Práticas educativas em movimentos sociais de América Latina. *Folios*, 46, 3-14. <https://doi.org/10.17227/01234870.46folios3.14>

Castro, C. M., & Eboli, M. (2013). Universidade corporativa: gênese e questões críticas rumo à maturidade. *Revista de Administração de Empresas*, 53(4), 408-414. <https://doi.org/10.1590/S0034-75902013000400008>

Chambers, R. (1986). *Normal professionalism, new paradigms, and development* (IDS Discussion Paper 227). Brighton: IDS. [https://doi.org/10.1007/978-1-349-09214-7\\_13](https://doi.org/10.1007/978-1-349-09214-7_13)

Chipeta, S. (2007). *Demand driven agricultural advisory services*. Lindau: Neuchâtel Group.

Chipeta, S., Christoplos, I., & Katz, E. (2008). *Common framework on market: oriented agricultural advisory services*. Lindau: Neuchâtel Group.

Colverson, K. G. (2015). *Integrating gender into rural advisory services* (GFRAS' Good Practice Notes for Extension and Advisory Services, Note 4). Lausanne: GFRAS.

Davis, K., & Spielman, D. J. (2017). Applying the best-fit framework to assess and strengthen national extension and advisory services. *Journal of International Agricultural and Extension Education*, 24, 80-90. <https://doi.org/10.5191/jiaee.2017.24307>

Deponti, C., & Almeida, J. (2012). Dinâmicas de interface social e intervenção pública: o caso da extensão rural do Rio Grande do Sul. *Redes*, 17(2), 195-214.

Dereti, R. M. (2009). Transferência e validação de tecnologias agropecuárias a partir de instituições de pesquisa. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 19(29-40). <https://doi.org/10.5380/dma.v19i0.12664>

Dias, M. M. (2004). *As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural: Um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica.

Dias, M. M. (2004a). Extensão rural para agricultores assentados: uma análise das boas intenções propostas pelo "Serviço de ATER". *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 21(3), 499-543.

Dias, A. P., Stauffer, A. B., Moura, L. G. H., & Vargas, M. C. (Orgs.). (2021). *Dicionário de Agroecologia e Educação*. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio.

Diesel, V., Froehlich, J. M., Neumann, P. S., & Silveira, P. R. C. (2008). Privatização dos serviços de extensão rural: uma discussão (des) necessária? *RESR*, 46(4), 1155-1188. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032008000400010>

Diesel, V., & Dias, M. M. (2016). The Brazilian experience with agroecological extension: a critical analysis of reform in a pluralistic extension system. *Journal of Agricultural Education and Extension*, 22(5), 415-433. <https://doi.org/10.1080/1389224X.2016.1227058>

Diesel, V., Neumann, P. S., Dias, M. M., & Froehlich, J. M. (2021). Política de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil: um caso de desmantelamento? *Estudos Sociedade e Agricultura*, 29(3), 597-634. <https://doi.org/10.36920/esa-v29n3-5>

Eastwood, C., Klerkx, L., & Nettle, R. (2017). Dynamics and distribution of public and private research and extension roles for technological innovation and diffusion: case studies of the implementation and adaptation of precision farming technologies. *Journal of Rural Studies*, 49, 1-12. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2016.11.008>

Eastwood, C., Ayre, M., Nettle, R., & Rue, B. D. (2019). Making sense in the cloud: farm advisory services in a smart farming future. *Wageningen Journal of Life Sciences*, 90-91, 1-10. <https://doi.org/10.1016/j.njas.2019.04.004>

EU SCAR AKIS. (2019). *Preparing for Future AKIS in Europe*. (2nd ed). Brussels: European Commission.

Fanzo, J. (2015). *Integrating nutrition into rural advisory services and extension*. (GFRAS's Good Practice Notes for Extension and Advisory Services, Note 9). Lindau: GFRAS.

Feder, G., Willet, A., & Zijp, W. (1999). *Agricultural extension: generic challenges and some ingredients for solutions*. Washington: World Bank. <https://doi.org/10.1596/1813-9450-2129>

Ferrari, E. A., & Oliveira, M. M. (2019). Educação do Campo e Agroecologia: possibilidades de articulação a partir da identidade e diversidade em suas concepções e práticas. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, 4, e6701. <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.v4e6701>

Fielke, S., Taylor, B., & Jakku, E. (2020). Digitalisation of agricultural knowledge and advice networks: a state-of-the-art review. *Agricultural Systems*, 180, e102763. <https://doi.org/10.1016/j.agsy.2019.102763>

Fonseca, M. T. L. (1985). *A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital*. São Paulo: Loyola.

GFRAS. (2013). *Gender equality in rural advisory services: towards a common understanding*. (Working Document). Lindau: GFRAS.

Gollo, A. M. L., & Oliveira, M. L. R. (2021). Capacitação de agentes de ATER em processos

de formação em agroecologia na Região Sudeste do Brasil. *Research, Society and Development*, 10 (2), e46810212603. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i2.12603>

Gorman, M. (2019). Becoming an agricultural advisor: the rationale, the plan and the implementation of a model of reflective practice in extension higher education. *The Journal of Agricultural Education and Extension*, 25(2), 179-191. <https://doi.org/10.1080/1389224X.2018.1559742>

Heemskerck, W., & Davis, K. (2012). Pluralistic Extension Systems. In World Bank. *Agricultural innovation systems: an investment sourcebook* (pp. 194-203). Washington: World Bank.

Iamamoto, M. V. (2009). Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social In CFESS/ABEPSS. *Serviço Social: direitos e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS.

Jara Holliday, O. (2020). *La educación popular latino-americana: historia y claves éticas, políticas y pedagógicas*. Buenos Aires: El Colectivo/Lujan: EdUNlu.

Jones, G. E., & Garforth, C. (1998). The history, development, and future of agricultural extension. In Swanson, B. E., Bentz, R. P., & Sofranko, A. J. (Eds.). *Improving agricultural extension: a reference manual* (Chap. 1). Rome: FAO.

Kachelriess-Matthess, S., Matthess, A., Stancher, A., Asare, B., & Afoakwa, E. O. (2016) *Promoting nutrition-sensitive extension advisory services* (GFRAS' Good Practice Notes for Extension and Advisory services, Note 25). Lausanne: GFRAS.

Kamruzzaman, M., Daniell, K. A., Chowdhury, A., Crimp, S., & James, H. (2000). How can agricultural extension and rural advisory services support innovation to adapt to climate change in the agricultural sector? *Advancements in Agricultural Development*, 1(1). 48-62. <https://doi.org/10.37433/aad.v1i1.9>

Kidd, A. D., Lamers, J. P. A., Ficarelli, P. P., & Hoffmann, V. (2000). Privatising agricultural extension: caveat emptor. *Journal of Rural Studies*, 16(1), 95-102. [https://doi.org/10.1016/S0743-0167\(99\)00040-6](https://doi.org/10.1016/S0743-0167(99)00040-6)

Knierim, A., Labarthe, P., Laurent, C., Prager, K., Knia, J., Madureira, L., & Ndah, T. H. (2017). Pluralism of agricultural advisory service providers: facts and insights from Europe. *Journal of Rural Studies*, 55, 45-58. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2017.07.018>

Kominkiewicz, V. L., & D'agostini, A. (2018). A educação do MST diante do Estado e da política pública de Educação do Campo sob influência dos organismos multilaterais. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, 3(2), 705-733. <https://doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2018v3n2p705>

Kuehne, G., & Lewellyn, R. (2017). The wisdom of farm advisors: knowing who and knowing why. <https://doi.org/10.2139/ssrn.2897232>

Labarthe, P., & Beck, M. (2022). CAP and advisory services from farm advisory systems to innovation support. *EuroChoices*, 21(1), 5-14. <https://doi.org/10.1111/1746-692X.12354>

Lacayo, L. B. (2011). *Rural extension with an inclusive rural development approach* (Policy Notes). Santiago: RELASER/RIMISP.

Lampel, J., & Mintzberg, H. (1996). Customizing customization. *MIT Sloan Management*, Fall, 21-30.

Landini, F. P. (2021). Cambios en la comprensión del propio rol de extensionista a partir de la experiencia: un estudio latinoamericano. *RESR*, 59(2), e224267. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.224267>

Lopes, R. C., Zuin, L. F. S., Oliveira, M. L. R. (2022). *Ater Digital: Possibilidades, desafios e aproximações conceituais*. São Carlos: Pedro & João Editores.

MDA. (2010). *Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de ATER*. Brasília MDA/SAF.

Meek, D., & Tarlau, R. (2016). Critical food systems education (CFSE): educating for food sovereignty. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, 40(3), 237-260. <https://doi.org/10.1080/21683565.2015.1130764>

Mendonça, S. R. (2012). *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento* (4ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Muchagata, M. (Coord.). (2003). *Perfil das instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares e Assentados no Brasil*. Brasília: FAO/MDA.

Musyoki, S. M. (2011). Networking: building a global movement for PRA and other participatory methods. In Cornwall, A., & Scoones, I. (Eds.). *Revolutionizing development: reflections on the work of Robert Chambers*. New York: Earthscan.

Oliveira, M. M. (1999). As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 16(2), 97-134.

Paula, A. P. P. (2005). Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. *RAE. Revista de Administração de Empresas*, 45(1), 36-49. <https://doi.org/10.1590/S0034-75902005000100005>

Peixoto, M. (2008). *Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação* (Texto para Discussão, 18). Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Pereira, C. N., & Castro, C. N. (2021). *Assistência técnica na agricultura brasileira: uma análise sobre a origem da orientação técnica por meio do Censo Agropecuário de 2017* (Texto para discussão 2704). Rio de Janeiro: IPEA.

Pretty, J. N., Guijt, I., Scoones, I., & Thompson, J. (1995). *Guia de capacitador, para el aprendizaje y acción participativa*. Londres: IIED.

Reydon, B. P. (1989). A Assistência Técnica à Agricultura Paulista. *Cad. Dif. Tecnol.*, 6(1), 49-100.

Rivera, W., & Alex, G. (2004). The continuing role of government in pluralistic extension systems. *Journal of International Agricultural and Extension Education*, 11(3), 41-51. <https://doi.org/10.5191/jiaee.2004.11305>

Rivera-Ferre, M. G., Galar, D., Calle-Collado, A., & Pimentel, V. (2021). Agroecological education for food sovereignty: insights from formal and non-formal spheres in Brazil and Spain. *Journal of Rural Studies*, 88, 138-148. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2021.10.003>

Rocha, C. V. (2005). Neoinstitucionalismo como modelo de análise para as Políticas Públicas: algumas observações. *Civitas* 5(1), 11-28. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2005.1.32>

Rodrigues, C. M. (1997). Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 14(1), 113-154.

Rogers, E. (2003). *Diffusion of Innovations* (5 ed.). New York: Free Press.

Sachs, W. (2020). O dicionário do desenvolvimento revisitado. In Hothari, A. et al. *Pluriverso, um dicionário do pós-desenvolvimento*. São Paulo: Elefante.

SENAR. (2021). *ATEG: Cinco etapas da transformação rural*. Brasília: SENAR.

Silva, M. G. (2022). Educação Popular e experiências educativas em Agroecologia. *Rev. Educação Popular*, 21(1), 265-285. <https://doi.org/10.14393/REP-2022-63075>

Souza, R. P. (2017). Agroecologia e educação do campo: desafios da institucionalização no Brasil. *Educ. Soc.*, 38(140), 631-648. <https://doi.org/10.1590/es0101-73302017180924>

Sulaiman, R., & Davis, K. (2012). *The “New Extensionist”: Roles, Strategies, and Capacities to Strengthen Extension and Advisory Services*. GFRAS.

Sulaiman, R., & Blum, M.L. (2016). *Tailoring rural advisory services for family farms*. Rome: FAO/GFRAS.

Suvedi, M., & Kaplowitz, M. (2016). *The “New Extensionist”: roles, strategies, and capacities to strengthen extension and advisory services*. East Lansing: USAID//MEAS.

Svampa, M. (2020). *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina*. São Paulo: Elefante.

Tefera, T., Vonk, R., Diro, M., & Alemv, D. (2021). The relevance of customized agricultural extension services for social inclusion and food security: a showcase from Ethiopia. *Asian Journal of Agricultural Extension, Economics & Sociology*, 39(11), 53-68. <https://doi.org/10.9734/ajaees/2021/v39i1130726>

Thomson, C. R., Borsatto, R. S., & Bergamasaco, S. M. P. (2021). Precarização do trabalho na extensão terceirizada: uma análise das chamadas públicas de assistência técnica e extensão rural (ATER) no estado de São Paulo, Brasil. *Extensão Rural*, 28(1 e 3), 1-30. <https://doi.org/10.5902/2318179664910>

Trujillo, F. S. P. (1996). *Extension Agraria y desarrollo rural: sobre la evolucion de las teorías y práxis extensionistas*. Madrid: Ministerio de agricultura, Pesca y Alimentacion.

Umali, D., & Schwartz, L. (1994). *Public and private agricultural extension: beyond traditional frontiers*. Washington: World Bank. <https://doi.org/10.1596/0-8213-2803-4>

Val, V., & Rosset, P. M. (2020). Campesina a Campesino: educação campesina para a resistência y la transformación agroecológica. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, 5(e10904). <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e10904>

Veldhuizen, L. V., Njunge, R., Romney, D., Seelmann, L., Smits, E., & Watiti, J. (2020). *Towards a typology for agribusiness-based advisory services: model, description, and analysis*. (CABI Working Paper, 15). Amsterdam: Royal Tropical Institute.

Wilkinson, J. (2022). *O sistema agroalimentar global e brasileiro face à nova fronteira tecnológica e às novas dinâmicas geopolíticas e de demanda*. (Texto para Discussão, nº 85). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz.

Zabko, O., & Tisenkopfs, T. (2022). New entrants need tailored farm advice. *Eurochoices*, 21(1), 63-69. <https://doi.org/10.1111/1746-692X.12349>

---

<sup>i</sup> No corpo do artigo optamos pelo emprego preferencial do termo extensão rural para nos referir ao nosso objeto de estudo. Estamos optando, portanto, por uma abordagem genérica ao englobar sob esta denominação a assistência técnica, assistência técnica e extensão rural (ATER) e os equivalentes anglófonos *agricultural extension and advisory services*, *agricultural advisory services* ou *advisory services*, entre outros. Entretanto, em casos de citação bibliográfica, buscamos apresentar o termo específico utilizado pelo autor consultado.

<sup>ii</sup> Ao longo do texto utilizamos o termo “transferência de tecnologia” em seu sentido genérico que remete as ações de viabilização da aplicação (pelo agricultor), de informações/ conhecimentos/ tecnologias/inovações geradas pelas organizações de pesquisa. Não nos referimos, portanto, à complexidade das significações recentes assumidas num contexto de negócios tecnológicos, conforme abordado por Dereti (2009).

<sup>iii</sup> Embora possamos apresentar esta caracterização genérica, é necessário reconhecer a adoção de orientações específicas em alguns contextos e a variação destas ao longo do tempo. Historicamente, na agricultura paulista distinguiu-se “fomento”, “assistência técnica” e “extensão rural”, remetendo à diversidade de orientações (Reydon, 1989). Rodrigues (1997), por sua vez, apresenta uma distinção de fases na orientação da política pública que tem sido amplamente referendada. De todo modo, o engajamento destas organizações na implementação da política nacional de modernização da agricultura é destacado como central na construção da representação social hegemônica da atuação da extensão rural no Brasil.

<sup>iv</sup> O “Sistema S” é um conjunto de organizações corporativas, vinculadas a entidades de representação patronal, financiadas com recursos oriundos de uma contribuição compulsória de 2,5% sobre a folha de pagamento das empresas brasileiras. Compõem o Sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest).

<sup>v</sup> Cabe ponderar que o instrumento de levantamento de dados permitia que o entrevistado indicasse a possibilidade de uso de mais de uma fonte de orientação técnica, razão pela qual estes percentuais devem ser relativizados.

<sup>vi</sup> Segundo Thomsom et al (2021, p.13): “Em todos os casos analisados, os extensionistas foram contratados como prestadores de serviço autônomos pelas entidades executoras dos serviços de Ater, comumente como Pessoa Jurídica. Os extensionistas não usufruíam de direitos a contribuições previdenciárias, décimo terceiro e

férias. Também não trabalhavam com qualquer garantia de estabilidade, podendo o contrato de trabalho ser rompido a qualquer momento pela contratante, sem multa rescisória.”

vii Pereira e Castro (2021) diferenciam os contratos denominados “barter” daqueles denominados “soja verde”. Ambos implicam determinada participação das tradings (ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus, por exemplo) na oferta de insumos (responsabilizando-se pelo pagamento do insumo usado pelo agricultor – caso do barter – ou pelo fornecimento do mesmo (caso “soja verde”).

viii Tendo em vista a constatação destes limites, para além do ensino de extensão rural, em uma perspectiva histórica, observa-se que houve uma tendência de diferenciação de propostas de intervenção para atender projetos (políticos) diferenciados, o que repercutiu na definição de referenciais e idealização de processos de formação diferenciados. A expansão do ensino tecnológico e superior (presencial e à distância) nas últimas décadas resultou na incorporação destas propostas no ensino formal realizado com financiamento público. Assim atribuições que podem ser identificadas genericamente como de extensão, podem estar compondo o campo de atuação de um conjunto diverso de profissionais. Em nosso entender se trata, de certo modo, parte de um processo de customização.

#### Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 28/08/2022  
Aprovado em: 10/11/2022  
Publicado em: 19/12/2022

Received on August 28th, 2022  
Accepted on November 10th, 2022  
Published on December, 19th, 2022

**Contribuições no Artigo:** Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

**Author Contributions:** The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

**Conflitos de Interesse:** Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

**Conflict of Interest:** None reported.

#### Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

#### Article Peer Review

Double review.

#### Agência de Fomento

Não tem.

#### Funding

No funding.

**Como citar este artigo / How to cite this article**

APA

Diesel, V., Dias, M. M., & Neumann, P. S. (2022). A customização da Extensão Rural e suas implicações para o ensino. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 7, e14800. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e14800>

ABNT

DIESEL, V.; DIAS, M. M.; NEUMANN, P. S. A customização da Extensão Rural e suas implicações para o ensino. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 7, e14800, 2022. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e14800>